

Cadete Médico Naval Vaz Pereira
Cadete Médico Naval Neto Lopes
Cadete Médico Naval Santos Henriques
Escola Naval, Almada

1. Introdução

Este trabalho foi realizado no âmbito de um seminário subordinado ao tema: “Educação da juventude: carácter, liderança e cidadania”.

Este tema tem como objectivos a reflexão sobre os principais valores e atitudes que se podem evidenciar à entrada do Ensino Universitário e o porquê da sua importância; quais as práticas curriculares e extra-curriculares que fortalecem o carácter, capacidade de liderança e espírito de cidadania aos seus alunos; e que desafios se colocam às instituições que querem acompanhar as necessidades de formação e amadurecimento profissional de pós-graduação, ao longo da vida.

Pelo facto de reunirmos as duas condições: cadetes da Escola Naval e alunos da Faculdade de Medicina de Lisboa iremos relatar de que modo a Escola Naval influencia as nossas atitudes e comportamentos na faculdade e na sociedade.

2. Questão 1

A entrada no Ensino Superior vem no seguimento do Ensino Secundário e tem como missão formar pessoas nas mais variadas áreas, tendo sempre em vista uma crescente especialização. Deste modo, criam-se as condições vitais para a entrada no mundo do trabalho e preparam-nos para todas as situações que possam surgir.

Contudo, como em todas as coisas existe sempre uma bilateralidade no Ensino Superior. Para além da vertente docente e institucional temos também a discente. Como tal, para que tudo corra pelo melhor, há que garantir boas condições de ensino, mas também, tentar que haja um determinado número de potencialidades no aluno. Na nossa perspectiva, as atitudes e valores a evidenciar são dependentes da área escolhida. Consideramos que é indispensável que cada aluno deva ter interiorizado certas atitudes e valores como:

- Pontualidade - atitude que deverá ser adquirida precocemente de modo a ser evidenciada no futuro emprego de forma espontânea, caso contrário, compromete em parte a realização das tarefas e o próprio posto de trabalho.

- Interesse e empenho no estudo – uma formação superior será sempre mais eficaz se, para além da “boa vontade” dos docentes, existir um gesto inato no aluno por aprender, como diz a sabedoria popular, é meio caminho andado para atingir os objectivos propostos.
- Civismo – o respeito pelo bem estar, pelos direitos e pela dignidade de todos (professores, alunos e funcionários) é essencial para viver em comunidade e proporcionar uma aprendizagem social para além da teórica.
- Persistência – nem sempre as coisas são fáceis e surgem ao longo da nossa formação inicial muitos obstáculos antes de atingirmos os nossos fins. Por isso, é preciso ter perseverância para ultrapassar todas essas dificuldades.
- Honestidade – Devemos partilhar os conhecimentos que temos, ajudando os outros a caminhar para o sucesso.
- Justiça – Utilizar os mesmos critérios seja qual for o indivíduo em causa.

Mesmo após finalizar a formação superior ainda existem inúmeros conceitos para assimilar e ajustar, pelo que uma boa base no Ensino Superior confere vantagens no espaço de trabalho. Portanto, perante eventuais lacunas em atitudes e valores, o sucesso escolar poderá ficar comprometido bem como o exercício da actividade profissional uma vez que no local de trabalho já não modificamos as nossas atitudes e valores.

3. Questão 2

No Ensino Superior devem desenvolver-se diversas actividades de modo a fortalecer o carácter, espírito de liderança e cidadania dos alunos. No âmbito das actividades curriculares deverá promover-se estágios de investigação em Portugal e no estrangeiro para aproveitar a partilha de conhecimento de forma a aumentar os horizontes do conhecimento e estimular o seu desempenho em ambas as vertentes académica e profissional.

Os estágios de iniciação à vida profissional permitem que os alunos contactem mais cedo com as condições que irão encontrar no futuro, tendo assim possibilidades de colmatar as lacunas que possam ainda existir.

Existem também programas de intercâmbio, como o programa Erasmus, relacionado com a mobilidade dos estudantes universitários. Este programa ao incentivar a cooperação

transnacional entre universidades e a contínua expansão na Europa Central e Oriental torna-se extremamente importante na partilha de conhecimentos e no reforço de atitudes tais como o carácter e a cidadania. Estas características estão também patentes nos estágios de investigação, anteriormente referidos.

Já nas actividades extra-curriculares, as actividades desportivas contribuem para o desenvolvimento das capacidades pessoais de liderança, habilitando os participantes a estabelecerem relações pessoais saudáveis e efectivas e capacitando-os para a obtenção de resultados mais eficazes. Esta actividade permite uma melhor gestão de conflitos que incitam a procura de alternativas para a sua resolução. A própria prática desportiva é também um combate e uma fuga ao stress inerente à vida académica. Esta poderá ser exercida em ambas as instituições (Escola Naval e Faculdade de Medicina).

Os convívios que podem ser proporcionados, tanto pela instituição militar como pela faculdade, contribuem de uma forma positiva para uma melhor liderança uma vez que a comunicação está intimamente ligada a esta. Quanto maior for a capacidade pessoal de comunicação e melhor o estilo comunicativo, mais forte e melhor será a liderança. São exemplos destes convívios o troieix - Escola Naval e as olimpíadas - Faculdade.

Contudo, para otimizar as suas potencialidades é imperativo a presença das três actividades num todo, não favorecendo umas em prol das restantes, já que todas elas são importantes para o reforço do carácter, capacidade de liderança e espírito de cidadania dos alunos.

4. Questão 3

Os desafios que se colocam às instituições de Ensino Universitário e politécnico relativamente ao acompanhamento da formação e amadurecimento profissional são assegurar a realização de cursos de pós-graduação, cursos de actualização e cursos de qualificação de natureza profissional, assim como promover a realização de investigação em áreas de interesse para os cursos em causa.

Devem-se também proporcionar estágios entre médicos sendo um deles responsável pela equipa, tendo em vista um contacto mais atento com o doente para contrariar o distanciamento que por vezes se vai acentuando cada vez mais ao longo dos anos de prática médica. Nestes estágios é possível apreender conhecimentos pela partilha de

experiências, mas também, desenvolver parâmetros éticos de valores e atitudes que vão sendo inculcados pelos profissionais mais experientes.

Estas actividades não vinculadas ao curso, uma vez que se proporcionam após o seu término, possibilitam que não se quebre o contacto prevalente durante os anos de prática clínica. Isto é, permite manter-se uma ligação entre o médico e as instituições após a entrada no mundo do trabalho.

5. Comentário Livre

Este trabalho fez-nos reflectir em como a nossa instituição (Escola-Naval) contribui para a nossa formação colectiva (liderança), individual (carácter) e social (cidadania).

Liderança é o fenómeno indispensável à vida de grupo, pela representação material de um agregado imaterial. Segundo Kimball Young é a forma de dominação baseada em interesses e na aceitação dos dirigidos. No interior de um grupo estabelece-se uma divisão de funções e relações de cooperação entre os seus membros. O tipo de tarefas, estrutura, organização e normas varia consoante o objectivo da missão. Daí que surjam diferentes tipos de líder. Estes podem ser líderes: autoritários, *laissez-faire* ou democráticos. Há características inatas para se ser um líder eficaz, contudo outras podem ser adquiridas através de actividades de liderança. Actualmente, continuam a desenvolver-se estudos para verificar as características que um líder deve evidenciar e quais as suas fontes de poder e influência.

Para entrarmos na instituição militar realizámos testes de aptidão militar e naval que consistiam na realização de várias provas sendo uma delas uma prova de liderança, que nos permitiu ajudar a liderar um conjunto de pessoas, papel que muitos de nós nunca tinha assumido - e mesas redondas em que nos foi sugerido um tema para debater. Esta situação permitiu-nos mostrar se sabemos ouvir, mas também, mostrar os nossos pontos de vista e defendê-los. Estas actividades foram muito benéficas na formação da nossa personalidade e como consequência contribuiu de forma positiva para a nossa postura nos trabalhos de grupo, muito frequentes na faculdade e na sociedade. Futuramente como militares teremos de saber como liderar um grupo e para isso a nossa instituição confere-nos formação no campo do comportamento organizacional onde nos fornece as bases teóricas e de infantaria onde pomos em práticas alguns dos conceitos que adquirimos nas formações teóricas.

O carácter numa perspectiva psicológica define-se como um conjunto de maneiras habituais de sentir e de reagir que lhe são próprias; é o cunho particular que o distingue dos outros indivíduos. Este pode ser inato ou adquirido. O primeiro resulta das influências hereditárias, enquanto que o segundo se deve às influências do ambiente, à educação, à experiência e ao esforço do indivíduo sobre si mesmo. A estrutura do carácter apresenta de forma integrada os valores, as atitudes, as motivações de uma pessoa.

Até certo ponto o carácter é estável mas este ao longo da vida evolui nomeadamente na altura da puberdade; a memória e o hábito ligam entre si os diferentes momentos da vida de um indivíduo e dão à sua maneira de proceder e de pensar certa uniformidade e continuidade.

O regime de internato vigente e o enquadramento realizado no 1º ano de escolaridade permitem a interiorização dos valores, tradições estimulados pela Escola Naval determinantes para a formação do nosso carácter e da cidadania.

Segundo Guilherme d'Oliveira Martins "*Toda a educação é educação para a cidadania.*" Por isso é através de vivências, experiências e aprendizagens que se assegura a plena formação para a cidadania, constituindo a educação cívica a dimensão da educação que permite conferir sentido à utilização social dos saberes e do conhecimento.

Assim a educação cívica constrói-se, no dia a dia, através da procura de valores da liberdade e da justiça, do pluralismo e da paz - pela reflexão aberta, pelo trabalho individual e em grupo, pelo desenvolvimento do espírito crítico e do rigor científico, numa só palavra, pela cidadania activa.

Podemos então mencionar que Educar para a cidadania é praticar o respeito pelos direitos humanos; familiarizar as crianças e jovens para as regras elementares da vida social; partilhar e preservar os espaços públicos; saber mostrar o valor da escola e das aprendizagens que ela proporciona; assegurar a apreciação crítica dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massas; ensinar a distinguir informação de conhecimento; valorizar positivamente a participação na vida pública, como forma de intervenção na organização da vida colectiva; incentivar actividades de grupo, desportivas, culturais, entre outras, como forma de estimular a autoconfiança, a disciplina individual e a vontade de superação dos seus limites; manter unidas as diferentes gerações em todas as actividades do quotidiano, favorecendo o conhecimento do que é próprio de cada um; estimular o envolvimento em actividades de solidariedade, permitindo descobrir os valores da compreensão, da partilha e da tolerância e estimular a autonomia individual.

Carácter, valores e atitudes são três componentes intrínsecos para definir uma eficaz educação para a cidadania.

A Escola-Naval é uma instituição que privilegia a educação para a cidadania, pela transmissão de determinados valores como solidariedade, justiça, honestidade, lealdade, honra.

Nesta instituição a camaradagem é promovida, cultivada e amplificada dentro da instituição através do enquadramento e é transposta para a faculdade pelo respeito pelo próximo e interagida em épocas difíceis tais como os exames e os testes.

Também nos são inculcadas determinadas atitudes como a persistência, (capacidade de lutar em condições adversas levando-nos a encarar com mais optimismo épocas de grande stress organizacional) e o rigor e a responsabilidade (incute-nos uma disciplina rígida pela sujeição a horários inflexíveis o que se reflecte hoje na faculdade e possivelmente repercutir-se-á na nossa vida profissional).

Além destes valores e atitudes, promove actividades de educação física, social e cultural como:

- Desporto – existem instalações e material disponíveis para a prática de diversos desportos, desde o futebol à vela, podendo ser encarada de uma forma lúdica ou competitiva. Estas actividades levam ao desenvolvimento de uma vida saudável, convívio social e uma competitividade sadia.
- Concertos – música de estilos diversificados que vão desde música clássica, à música contemporânea.
- Convívios entre academias – proporcionam uma partilha de saberes, ideias e gostos.
- Embarques – podem ser encarados como uma adaptação à futura vida profissional. Deste modo, teremos contacto com a futura população alvo do nosso trabalho, com os principais problemas de um médico a bordo: doenças mais frequentes e limitação de material a bordo.

Quanto à vida profissional só agora nos começámos a aperceber dos moldes em que esta está planeada. Os primeiros futuros médicos navais de escola estão no quarto ano e portanto ainda não existe nenhum “exemplo a seguir”, para além de existir a possibilidade de alterações nos procedimentos mais comuns.

O Médico Naval tem a possibilidade de contactar com uma vasta variedade de actividades de medicina em ambiente hospitalar (Hospital da Marinha), em centros de saúde (Centro de Medicina Naval) bem como medicina hiperbárica, medicina tropical, medicina preventiva e saúde ocupacional, missões operacionais de combate, ajuda humanitária em situações de catástrofe (Entre-os-Rios e Ribeira Grande) e de busca e salvamento. Damos especial destaque à Medicina Hiperbárica, especialidade essa que só

existe no Hospital de Marinha pelo facto deste ser a única unidade Hospitalar em Portugal onde existe uma câmara hiperbárica possibilitando um meio de salvação para casos de doenças de descompressão e afins tanto para mergulhadores militares ou civis, submarinistas, entre outros. A Medicina Tropical é necessária em casos de missões em países estrangeiros onde o clima e as condições de vida fazem despoletar surtos de doenças características e muito particulares. Queremos com isto mostrar que teremos experiências únicas que outros médicos não poderão ter como as missões e os treinos, para casos de combate. No reverso da medalha temos de abdicar de determinados privilégios sociais e familiares. As missões poderão durar até 6 meses consecutivos podendo estas ser inesperadas indo contra os possíveis planos. Nestas circunstâncias, a educação para a cidadania, valores e atitudes (aprendidos enquanto alunos de escola) é muito importante em virtude de vivermos num espaço físico restrito onde a tolerância e solidariedade têm de prevalecer de modo a que o ambiente social seja sempre propício para o trabalho dado a diversidade de culturas.

6. Conclusão

Considerámos que as principais atitudes e valores que devem ser evidenciados pelos alunos no acesso ao Ensino Superior são: a pontualidade, interesse e empenho no estudo, civismo, persistência, honestidade e justiça. Para isso devem desenvolver-se além do estudo teórico leccionado, outras práticas curriculares e extra-curriculares tais como: intercâmbios, desportos, convívios, estágios de investigação e estágios profissionais. Posteriormente dever-se-á acompanhar as necessidades de formação e amadurecimento profissional pós-graduado de modo a manter-se uma ligação entre o discente e a instituição que frequentou e permitindo uma crescente actualização cognitiva ao longo dos anos.

As pessoas, com a entrada no ensino superior, demonstram uma grande competitividade pouco saudável e desleal revelando por vezes ausência de valores. A Escola Naval além de nos formar em paralelo com a faculdade, incute-nos certos valores e atitudes importantes para a nossa cidadania.

O essencial da educação para a cidadania pode-se definir através deste pensamento de Gandhi, uma das grandes referências do século XX:

"A verdadeira fonte dos direitos é o dever. Se todos cumprirmos os nossos deveres, o respeito pelos nossos direitos será facilmente obtido. Se negligenciando os nossos deveres, reivindicamos os nossos direitos, eles escapar-nos-ão". Gandhi

7. Bibliografia

Fontes Impressas

Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, Editorial Enciclopédia, limitada, Lisboa, volumes 5, 15

Fontes Informáticas

s/a, <http://www.emgfa.pt/pages/visualizaconteudo.asp?idconteudo=355>

s/a, <http://www.partido-socialista.pt/partido/biblioteca/contrato/cap1.htm>

s/a, http://www.europarl.eu.int/factsheets/4_16_0_pt.htm

s/a, <http://www.europarl.eu.int/ppe/tree/themes/pt/jeunesse.htm>

s/a, <http://www.dueceira.pt/glossario/main/srega/instala2.htm>

s/a, <http://www.escolanaval.pt>

Tenente-Coronel João Vieira Borges

Academia Militar, Lisboa

1. Valores e atitudes

Considerando que a missão das Instituições de Ensino Superior (IES) se traduz num difícil equilíbrio entre a “formação de quadros” e a criação de sinergias ao nível do saber e da cultura, os valores e as atitudes assumem especial acuidade ao longo de todo o processo educativo do “SER diplomado”.

Destes valores e atitudes, sistematicamente ultrapassados pelas classificações académicas nos critérios de selecção para o ensino superior, consideramos como referências ideais de qualquer aluno candidato a quadro superior:

- a Solidariedade, com fraternidade, espírito de cooperação, fidelidade ao património comum da humanidade, firmeza e coerência;
- a Lealdade, com fidelidade à família, à IES e à comunidade nacional;
- o Sentido de Responsabilidade, com honra, disciplina, capacidade de inspirar confiança, iniciativa e auto-confiança;
- a Honestidade, com verdade, transparência e humildade;
- a Cidadania, com tolerância, respeito pela paz, pela legalidade, pela liberdade e igualdade.

A vitalidade da democracia, exige que todos os cidadãos sejam portadores, em maior ou menor grau, dessas virtudes (por vezes denominadas virtudes cívicas) a bem de comportamentos que têm especial acuidade nos futuros quadros.

Assim, se considerarmos a generalização do ensino superior (400 mil alunos!), estes valores e atitudes consubstanciam uma sólida educação moral e cívica, com consequências positivas em termos do processo de aprendizagem e da consequente valorização da sociedade civil.

As eventuais lacunas poderão ter repercussões, mais ou menos negativas, no prestígio dos quadros, das IES, e mesmo na sustentabilidade de uma sociedade civil com confiança no futuro, pois os jovens estudantes constituem e constituirão no futuro, uma referência para aqueles que maioritariamente não tiveram acesso ao ensino superior. Daí a necessidade urgente de um conjunto de acções a desenvolver...

2. Acções a Desenvolver

O período de três a cinco anos, correspondente à frequência das IES, é suficiente para desenvolver e fortalecer o carácter, a capacidade de liderança e o espírito de cidadania.

A valorização deste conteúdo curricular (com uma forte componente de “currículo virtual”), de difícil avaliação, e em que o Ensino Superior de Qualidade cria também Cidadãos de Excelência, demora algum tempo e exige alguns sacrifícios por parte de todos os actores do sistema educativo. Em termos curriculares, poderiam ser desenvolvidas as seguintes acções:

- a realização de jornadas, seminários e visitas de estudo, cuidadosamente programadas e organizadas por uma nova trilogia “IES – Instituto da Defesa Nacional – Forças Armadas/Protecção Civil”, a institucionalizar por diploma próprio;
- a organização de cadeiras opcionais de “educação para a cidadania” e “estágios de liderança”, devidamente valorizados em termos de unidades de crédito e com saídas profissionais privilegiadas;
- a obrigatoriedade da prática desportiva e o incentivo ao desenvolvimento de campeonatos universitários;

Em termos extra-curriculares, e entre outras acções possíveis, destacamos:

- a criação de uma Comissão de Educação Nacional-Cidadania, com o objectivo de estudar, entre outros aspectos (como a criação de Departamentos de Cidadania), a integração da “educação para a cidadania” em todo o sistema educativo (desde o pré-escolar) e o papel da trilogia “IES-IDN-FA/Protecção Civil”;
- o acompanhamento, com sentido formativo, de todas as acções a desenvolver em crescendo pelos alunos, desde a chefia das turmas, à presidência de associações, passando pela organização (e participação em) de eventos desportivos e culturais;
- o desenvolvimento de acções de formação complementar de professores competentes e motivados;
- a criação de uma “Semana da Cidadania”, altura em que os alunos, a nível regional e local, poderiam desenvolver acções concretas em prol da comunidade, como no apoio a lares, aos Bombeiros, às Forças Armadas, à limpeza de praias e florestas, a sessões de divulgação cultural (nomeadamente de História de Portugal), ao apoio ao “Dia de Portugal” (na organização de um dia que tal como em França se deveria constituir num verdadeiro Dia dos Portugueses), etc..

As qualidades pessoais (Carácter) já deveriam, nesta fase da vida, estar consolidadas, sendo menor, mas ainda importante, o papel da família, eventualmente influenciável pelo novo diplomado. Assim, cabe sobretudo ao Estado desenvolver um conjunto de acções (como as que atrás destacámos) integradas ao longo de todo o sistema educativo, tendo em consideração o investimento no futuro, pois grande parte dos jovens universitários inserem-se posteriormente no próprio sistema educativo.

Por outro lado, a Liderança tem nestas idades maior acuidade, sobretudo quando se pode e deve confrontar os jovens com a tomada de decisão, com a iniciativa e com a determinação. São então determinantes os exemplos dos Professores, dos Dirigentes, e a realização de Cursos com uma componente prática significativa e uma vivência de grupo (desde que devidamente enquadrados e corrigidos). “Não delegar responsabilidades” ou “louvar em público e repreender em privado”, são regras que se aprendem sobretudo em cursos de liderança ou na organização de eventos, quer através da experiência, quer através de um acompanhamento cuidado de monitores qualificados e com elevado sentido pedagógico.

A cidadania, encarada como a participação do indivíduo na vida pública, como sujeito de direitos e deveres, é no seu conjunto uma questão-chave do Estado cada vez menos protector e cada vez mais transnacional. Ser cidadão mundial ou europeu não exclui necessariamente a especificidade de ser cidadão de Portugal, onde continuam a ser preocupações, o apelo à vigilância permanente contra tudo aquilo que coloca em perigo o cidadão e a democracia; a tomada de consciência de que a liberdade e a paz são conquistas diárias; a sensibilização de que questões como a droga e o terrorismo deverão ser preocupações de todos e de cada um; o princípio de que todos os homens são livres e iguais; a participação colectiva no “Dia de Portugal”, no assumir claro de que a consciência é construída em parte pela história e em parte por um ideal..

Daí que deva ser uma preocupação vital do Estado a inserção da cidadania em todo o processo educativo. No entanto, pensamos que a sua integração poderá ser feita mais eficazmente com a criação de uma “Comissão de Educação Nacional-Cidadania”, que deverá fazer um novo ponto da situação no sentido de integrar a “educação para a cidadania” em todo o sistema educativo, tendo como instrumento de qualidade a eventual trilogia “IES-IDN-FA/Protecção Civil”. Por outro lado, é importante ter em consideração que, ao nível do ensino superior, a cidadania já se constrói na dimensão moral e altruísta, com a necessária compreensão e explicação de todos os aspectos relacionados com a formação cívica. O aprofundamento desta temática, com a introdução de cadeiras de opção ou mesmo com a criação de cursos de pós-graduação específicos (desde que com saídas

profissionais motivadoras), constituiria mais um contributo do ensino superior para o cidadão de excelência.

Sendo as diferentes acções ou estratégias de acção discutíveis, temos consciência (desde 1988, altura em que já abordámos esta temática!) de que um dos desafios do futuro passará, no entanto, pela integração das novas tecnologias e suas capacidades na própria estratégia de aprendizagem dos valores e das atitudes. Fazer chegar a mensagem a todos os actores do sistema educativo numa sociedade de informação, desde a família ao Estado, pressupõe uma utilização cada vez mais criteriosa dos instrumentos de comunicação.

3. A continuidade da formação

As instituições de ensino superior podem encontrar na realização de eventos anuais, onde seja possível a troca de informação entre os académicos e os actores do mundo do trabalho, o desafio de acompanhar as necessidades de formação e amadurecimento profissional pós-graduado.

Pensamos que, para além dos normais cursos de pós-graduação, são cada vez mais importantes acções de formação e sobretudo de troca de informação em tempo reduzido (de dois dias a duas semanas). Estas acções de formação (aproveitadas para confraternização ou comemoração de datas com especial significado para os alunos ou para a IES), a organizar com objectivos de aprendizagem bem definidos (em detrimento de programas por vezes demasiado elaborados e sem sentido prático), poderiam constituir uma maneira de compatibilizar as capacidades e competências técnicas com o amadurecimento das atitudes e da ética, e de valorizar, simultaneamente, a credibilidade das instituições e de Portugal.

Por outro lado, estas acções levariam a uma maior ligação, a uma maior relação de confiança entre o mundo académico e o mundo do trabalho e, por consequência, a uma maior autoconfiança de todos os quadros superiores, condição indispensável para bons Líderes, com carácter e espírito de cidadania.

4. Considerações Finais

Se em 2025 os jovens portugueses se questionarem especialmente sobre “O que podem e devem fazer por Portugal”, pensamos que se terá desenvolvido todo um trabalho

positivo ao longo desses 22 anos, sem choques de gerações no que concerne aos interesses de Portugal.

Até lá, com a evolução inevitável para o serviço militar profissional a partir de 2004 (e a conseqüente redução do papel das FA como “formador” de cidadania), e com a massificação crescente (em termos percentuais) do ensino superior, pensamos que a acuidade das acções que atrás preconizámos é ainda maior, especialmente para os estudantes do ensino superior, futuros quadros do país e possíveis dirigentes de Portugal.

A identidade nacional repousa sobre um projecto nacional que não pode, nem deve, ignorar os racionais da Nação e da Pátria, nem os valores e símbolos fundamentais da República Portuguesa. Mas para que tal aconteça, é necessário ser-se proactivo (de que este seminário é um feliz exemplo) em vez de sistematicamente reactivo. E Agir, faz-se com discussão mas, sobretudo, com acções concretas, visando o desenvolvimento das capacidades morais da comunidade nacional.

Segundo Francis Fukuyama, “Uma sociedade civil em crescimento depende dos hábitos, dos costumes e da ética das pessoas”.

Portugal, com mais de 800 anos de História, só precisa de investir na ética e na alteração de alguns hábitos que em nada dignificam o seu passado. Sendo a riqueza moderna baseada essencialmente no capital humano (saber e educação), na tecnologia, na inovação, na organização e num conjunto de outros factores mais ligados à qualidade do que à quantidade de trabalho, pensamos que a valorização do nosso “capital social” passa efectivamente por um investimento no carácter, na liderança e na cidadania. E investir no Ensino Superior de Qualidade, muito para além de investir no Técnico ou no Quadro competente, é investir no “SER diplomado”, é investir no “Cidadão de Excelência”, é sustentar uma Sociedade Democrática de referência, com sentido de Futuro.

5. Bibliografia

AAVV, Comprendre La Défense, Economica, Institut des Hautes Études de Défense Nationale, Paris, 2002.

AAVV, DnEnsino, Diário de Noticias, Lisboa, Julho 2003.

Borges, João Vieira, “A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal”, in Revista Militar, nº 2412, Lisboa, Janeiro 2003, 47-79.

Borges, João Vieira, "A educação cívico-militar como consciência da Defesa Nacional", in Revista de Artilharia, nº 759-760, Lisboa, Nov-Dez 1988, 93-98.

Freitas, Rodrigo Viana de, "Como ser um Líder", in Revista Ideias e Negócios, nº 42, Dezembro 2001.

Fukuyama, Francis, Confiança, Gradiva, Lisboa, 1996.

Henriques, Mendo Castro, e Rodrigues, Arlindo, e Cunha, Filipa e Reis, João, Educação para a Cidadania, Plátano Editora, Lisboa, 2000.

Jesuino, Jorge Correia, Processos de Liderança, Livros Horizonte, 1999, Lisboa.

Macedo, Jorge Braga de, e Maltez, José Adelino, e Henriques, Mendo Castro, Bem Comum dos Portugueses, Vega, Lisboa, 1999.

Nogueira, Conceição e Silva, Isabel, Cidadania; Construção de novas práticas em contexto educativo, Edições Asa, Lisboa, 2001.

Simão, José Veiga, e Santos, Sérgio Machado dos, e Costa, António de Almeida, Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década, Gradiva, Lisboa, 2002.

Vieira, Belchior (General), Liderança Militar, Academia Militar, Lisboa, 2002.

Dr.^a Helena Ferra
Dr. João Reboredo
Dr. Joaquim Jorge Silva

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UP

Novos Desafios para o Superior

Nunca, como na época contemporânea, a mudança se instituiu como valor fundamental e preponderante da vida humana. Não é que antes não tenha havido mudança. Note-se, mudança houve sempre. O devir faz parte da condição humana. A grande diferença da mudança de hoje para a de outrora relaciona-se com a velocidade com que ela é feita, com o alcance que ela atinge, e com a “incapacidade” de compreensão que gera no homem em acompanhar esse ritmo. E um pouco à imagem do adolescente no período da puberdade, que face às enormes mudanças por que passa, se sente um pouco perdido, também as diversas sociedades e o próprio homem, individualmente considerado, se sentem perdidos face à catadupa de transformações.

A globalização trouxe à superfície os nossos medos, as dúvidas e a incerteza.

Quase todos experimentamos, hoje, este inédito clima de incerteza de horizontes e de raízes. Esta perda de referências tidas por certas é ampliada pelo fenómeno da globalização.

O espaço físico e social, tão caros ao conceito de identidade nacional, são por assim dizer os primeiros alvos deste fenómeno globalizante. A mundialização e o estreitamento dos espaços económicos arrastou consigo uma deslocalização - desterritorialização de comportamentos e valores, potenciada pelas macrocadeias mediáticas. Na aldeia global, os critérios ancestrais da identidade aparecem, também eles, seriamente comprometidos.

A globalização não é só de natureza política, ela é também tecnológica, cultural, além de económica. Acima de tudo tem sido influenciada pelo progresso dos sistemas de comunicação, a partir do final da década de 60.

A globalização nas palavras de Giddens, “*é uma rede complexa de processos que operam de forma contraditória e em oposição*”.¹

A globalização tem, relativamente à identidade, uma relação de certo modo perversa. Ela não é apenas uma “troca” de poder ou influências das comunidades locais ou das

1 Giddens, Anthony, *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Ed. Presença, 2000, p. 24.

nações para a arena global. A globalização não empurra só para cima, empurra também para baixo, cria novas pressões para a concessão de autonomias locais.

Daniel Bell, sociólogo americano, citado por Giddens, afirma: *“os países tornaram-se demasiado pequenos para solucionarem os problemas grandes, mas também demasiado grandes para solucionarem os problemas pequenos”*.²

Compreende-se, neste quadro, a atracção que geram as propostas de recuperação das origens, de regresso a uma espécie de paraíso perdido, de retorno à previsibilidade e aos sistemas de valores alegadamente garantidos contra a corrosão do tempo. Elas aparecem sob rostos diferentes, desde o nacionalismo exacerbado até ao integralismo religioso de todos os matizes, passando por formas mais ou menos institucionalizadas de racismo.

É neste registo que devemos interpretar o sentido das palavras de Alain Torraine. Segundo ele estamos a assistir hoje a um regresso ao essencialismo, que poderá ter consequências graves no plano étnico e religioso. A moda das “políticas identitárias” que atingiu todas as nossas sociedades, na óptica de Torraine não teve consequências muito positivas.

À medida que a tradição e os costumes se afundam à escala mundial, a própria base da nossa identidade – a consciência de quem somos – altera-se.

Alteração essa que poderá passar muito bem pela vontade de instituir uma cultura global, criada de novo, ou fruto de uma fusão de diversas culturas nacionais.

Poderá, a globalização, fundir culturas nacionais, ou pelo menos, revesti-las de uma nova cultura cosmopolita? E qual será o seu conteúdo global?

As respostas têm necessariamente uma forte dimensão especulativa.

Os recentes desenvolvimentos culturais no ocidente combinam uma aparência de modernismo aerodinâmico com um pastiche de motivos, terras e estilos pós-modernos.

Esta cultura é essencialmente ecléctica. Por um lado, fomos inundados por uma torrente de produtos de massa estandardizados, empacotados uniformemente para o consumo em massa. Por outro lado, estes produtos – da mobília e dos edifícios de televisão – vão buscar o seu conteúdo a “renascimentos” de estilos e de temas nacionais ou populares anteriores, arrancados dos seus contextos originais e anestesiados ou tratados em veia cómica ou satírica.

Uma cultura global seria assim composta por uma série de elementos analiticamente distintos: – produtos de massa publicitados de forma eficaz, uma miscelânea de temas e

² Idem Ibidem.

estilos étnicos ou populares arrancados do seu contexto, alguns discursos ideológicos gerais sobre “valores e direitos humanos”, - e uma linguagem de comunicação e de apreciação quantitativa e científica estandardizada, tudo posto em destaque pelos novos sistemas de informação.

Esta cultura global pós-moderna seria diferente de todas as outras anteriores.

A nova cultura global é universal e intemporal. Sendo ecléctica, é indiferente ao local e ao tempo. É fluída e informe.

Podemos encarar a globalização como uma fatalidade: a da sujeição às orientações hegemónicas emanadas dos centros de decisão económica e política internacional; ou podemos encará-la como um desafio: a da aposta na procura de alternativas de cariz contra-hegemónico e emancipatório. Esta aposta, dir-me-ão vocês, é utópica. Talvez!

Há o conflito agora à escala universal da identidade e da diferença, do universal e do particular, da tradição e inovação. Este confronto faz com que, por mais paradoxal que possa parecer, a maioria das pessoas tenham acesso a informações que antes não tinham.

É com base neste novo paradigma de reestruturação sócio-económica, e na ideia de que “no mundo actual nada é definitivo”, que nos é solicitada uma dupla tarefa: adaptação constante a este “novo mundo” e competências, essenciais para essa adaptação.

*

Grande parte dos debates sobre ensino superior são, em boa verdade, discussões sobre a questão da empregabilidade dos alunos saídos do ensino superior. Estarem à altura do que lhes é proposto quando saem do ensino superior é a grande preocupação. A chave é o conceito - hoje central - de competência. A pergunta chave reside em saber até que ponto o nível de ensino oferecido pelas Universidades, está a pensar nas exigências do mercado de trabalho, no contexto das competências e qualificação?

É já no século XX que o conceito de competência é formulado e teorizado tal qual ele nos surge hoje. Vem desde a época de Taylor, quando se apregoava a necessidade das empresas possuírem “trabalhadores eficientes”. O princípio Taylorista de selecção e treino de pessoas enfatizava o aperfeiçoamento das habilidades técnicas e específicas ao desempenho das tarefas operacionais do cargo. Somente após a eclosão de pressões sociais, reivindicando melhores condições no ambiente de trabalho, as organizações passaram a considerar nas relações de trabalho outros aspectos de maior complexidade e pertinentes

às dimensões sociais e comportamentais. O conceito de competência passou, então, a possuir uma abrangência maior, englobando conhecimentos, habilidades e experiências voltadas para o exercício de uma função na empresa.

Mas é nos anos 90 que o uso da noção de competências no currículo, tem sido visto como uma revolução na educação escolar por parte de alguns autores como Perrenoud (1999). Para ele, é na capacidade de relacionar conhecimentos prévios com os problemas vividos na experiência concreta que se reconhece uma competência. As competências são importantes metas na formação. A partir dessa concepção, Perrenoud vai defender a abordagem das competências para o trabalho do professor e do aluno na escola, entendendo que o ensino por competências pode vir a transformar a formação e a prática do professor. Para Bernstein, o uso do conceito de competências deixa visível uma associação entre o currículo e a economia, marcando a formação como um processo de preparação para o trabalho e a vida. Nesse processo, importa que o sujeito se prepare para viver num mundo mais competitivo, no qual o desenvolvimento da “empregabilidade” se torna vital. Esse processo de formação deve ser construído pelo próprio sujeito e deve ter carácter permanente. A formação, antes voltada para as potencialidades de cada estudante, é actualmente vinculada ao mercado de trabalho em permanente mudança.

Eis pois, o grande desafio do ensino superior: ele deve, primordialmente, preparar os jovens alunos para as exigências do mercado de trabalho.

Será esta a missão do ensino superior? Quase todos concordarão comigo se disser que não. Mas também não deixarão de concordar comigo se afirmar que, em termos práticos, é esta a grande questão, que concentra em seu redor o monopólio das atenções daqueles que debatem o ensino superior.

Em termos históricos, o ensino superior, mais particularmente a universidade, sempre sentiu dificuldades em se ajustar aos saltos civilizacionais - foi assim na revolução científica, com a consequência do surgimento das academias científicas -, mas hoje ela é apanhada no meio das pressões que a globalização lhe coloca.

Daí que, com o evoluir dos tempos a própria missão do ensino superior seja afectado por novos contextos que exigem adaptações rápidas. O ensino superior democratizou-se em simultâneo com a democratização do debate em torno de si próprio. Hoje, são várias as visões que se tem do ensino superior e da sua função.

A comunicação social - escrita e falada - enfatiza e foca, de forma quase exclusiva, a vertente de que o ensino superior é simplesmente uma escola de quadros. Aqui, o ensino superior está ao serviço de programas de modernização orientados para as exigências do

mercado de trabalho e para a competitividade. Estamos perante uma perspectiva de enriquecimento material da sociedade, tão de agrado dos tempos actuais.

Parece-nos pobre esta visão, porquanto não se pode, em nossa opinião, esquecer a componente de enriquecimento intelectual e moral dos cidadãos no seu todo. São esclarecedoras as palavras de Vítor Crespo: *“não se pode ignorar a vertente de apetrechamento dos cidadãos para o exercício da cidadania”*.³

Significa isto, que a visão mediatizada, a mais difundida, não corresponde à verdadeira missão do ensino superior. Esta deve centrar-se na educação de cidadãos responsáveis.

É notório, sinal dos tempos, que o ensino superior adquiriu um papel central na sociedade contemporânea, sendo por isso vital para o desenvolvimento cultural, social, económico e político de um país.

As instituições de ensino superior proporcionam aos jovens que as frequentam, a obtenção de graus, permitindo-lhes a aquisição de conhecimentos que lhes permitem *“integrar-se na vida activa de forma a exercer tarefas diferenciadas para o desenvolvimento económico e social”*.⁴

É aliás, neste contexto que surge a Declaração de Bolonha, que se assume como um dos exemplos das tensões que a globalização coloca ao ensino superior.

A este propósito sigo as conclusões de Maria Amélia Veiga, produzidas na sua tese de mestrado dedicada a esta temática. Afirma a autora: *“As universidades devem permanecer responsáveis pela construção de uma opinião pública esclarecida (...) é crucial existir, por parte das universidades, um entendimento sobre os factores de mudança (...) parece-nos importante que os cursos que a universidade oferece favorecem as condições de empregabilidade dos cidadãos e a sua inserção nos mercados de trabalho específicos e mais flexíveis, e por esta via, será necessário operar alterações ao nível do conteúdo e duração dos currículos e dos instrumentos de regulação dos sistemas de ensino superior, contudo, não pode a missão da universidade esgotar-se numa função meramente vocacional e num registo economicista. Por isso acrescentamos à sua missão a formação dos estudantes que possam constituir uma opinião pública capaz de levar a bom termo a constituição de uma Europa da inovação e do conhecimento”*.⁵

3 Crespo, Vítor, Ganhar Bolonha - “O Ensino Superior no Espaço Europeu”, Gradiva, Lisboa, p. 43.

4 Idem. Ibidem.

5 Veiga, Maria Amélia, “Oportunidades e Ameaças de Bolonha e a Universidade Europeia, num Contexto de Globalização”, FPCE, Porto, p. 205.

Talvez devamos acrescentar que o ensino superior, globalmente considerado, deve ser um pilar da vida cultural de um povo, e deve ser o repositório de virtudes de cidadania, pois é na *"universidade que melhor se cumpre o dever que é o exercício da inteligência em liberdade"*.

Para além de centros de investigação privilegiados, as instituições de ensino superior, são geradoras de uma análise crítica da cultura e valores dos contextos épicais em que vivem.

*

A cidadania constitui-se como uma das temáticas que mais tem suscitado as atenções dos diversos agentes associados ao problema da educação. De tal forma que rapidamente se tornou num tema nuclear da reflexão académica.

Nem sempre a questão da cidadania surge associada à educação, contudo é nesta associação da cidadania à educação que encontramos hoje o pano de fundo para múltiplas reflexões, debates e confrontos de ideias.

Ao investigar as razões que estão na origem desta aproximação, poderemos equacionar não só o conceito de cidadania, como também a situação da escola, e a universidade em particular, na contemporaneidade.

De facto, muitas têm sido as vozes que nos últimos tempos, nomeadamente na última década, se têm manifestado com intuítos de defender, questionar e criticar a necessidade e a exequibilidade de uma educação para a cidadania.

Desta pluralidade de posições pode resultar uma certa confusão e até alguma indefinição sobre o que é e o que deve constituir uma educação para a cidadania.

Importa-nos saber de que forma é que o conceito de cidadania chega e contacta com essa realidade que é a escola. Atentemos pois, num primeiro momento, à noção de cidadania.

Por definição, a cidadania é o vínculo jurídico-político que, traduzindo a pertinência de um indivíduo a um estado, o constitui perante este num particular conjunto de direitos e obrigações. Por outras palavras, a cidadania exprime um vínculo de carácter jurídico entre um indivíduo e uma entidade política, o estado. Se a cidadania exprime um vínculo, esse vínculo exprime uma relação; e essa relação é plural e diversa. O vínculo expresso através do conceito de cidadania é variável em função da sua própria natureza. Isto é, as referências teóricas não são as mesmas para os mesmos locais num mesmo período de tempo, nem tão pouco se mantêm inalteráveis ao longo dos tempos.

A cidadania democrática encontra as suas raízes no advento da modernidade, quebrando com os diversos laços de vassalagem entre os indivíduos e os senhores feudais. Promovendo a secularização, põe em causa o suporte divino do poder, vindo no estado o garante de unidade. Desta forma a cidadania pode ser vista como aquilo que eu possuo de comum com os outros cidadãos.

Com o passar dos anos, o conceito de cidadania tem sido sujeito a múltiplas alterações e constantes redefinições.

Hoje emerge um conceito de cidadania fundado naquilo que é diferente. O conceito de cidadania orienta-se no sentido de uma crescente individualização.

Cidadania é um conceito que se refere a valores, tendo no seu devir histórico assumido significados axiológicos diferentes, tornando-se por isso num conceito polissémico.

Quase de certeza nenhum outro período da história da humanidade, sofreu tantas e tão variadas transformações como aquele em vivemos.

Todas estas alterações contribuem de forma decisiva para a mudança de referenciais do conceito de cidadania.

Das múltiplas transformações que afectam a civilização, e com implicações directas para a redefinição do conceito de cidadania, destacaria as seguintes:

Alterações na sociedade;

A emergência da consciência ecológica;

A crise do estado-nação;

A crise da razão moderna.

Perante este quadro teórico, o conceito de cidadania tem de ser redefinido. A noção de cidadania tal qual a conhecemos esboroa-se por completo. O conceito de cidadania sofre um fenómeno de extensão, alonga-se.⁶ Este alongamento não contempla unicamente a passagem da esfera pública, para a esfera privada, mas também se alastra a dimensões anteriormente não contempladas - hoje falamos em cidadania planetária, global ou até ambiental.

A cidadania conquista para si novas atribuições. Contrariamente a um passado recente em que a cidadania era resultado de um processo exterior ao sujeito, em que este se confrontava com direitos e deveres impostos, com carácter normativo, pelo estado, hoje o

6 Soromenho-Marques, dando a sua concordância a esta ideia, afirma que a opção deve ser no sentido de um compromisso individual e colectivo com uma cidadania alargada, aprofundada e reinventada.

sujeito pode reconfigurar por si o conceito de cidadania. A cidadania é uma realidade complexa e multidimensional, que deve ser contextualizada em função do espaço político e histórico que lhe serve de referência.

Pede-se hoje ao cidadão que exerça um papel activo, participativo, crítico, criativo e responsável, em todas as dimensões da sua vida.

Nos últimos tempos a cidadania mais do que um valor jurídico torna-se um valor social e ético. De facto a dimensão ética assume uma função preponderante.

A ética, ao contrário da moral, não se baseia em exigências, mandamentos e leis externas. As preocupações éticas, portanto, não são na origem normativas, senão “convivadoras”.

Em 1996, a Comissão de Organização das Nações Unidas para o meio ambiente criou um programa denominado “Cidadania Ambiental Global”. O seu ponto de partida foi a necessidade de contar com um cidadão comprometido com uma mudança profunda de mentalidade, conceitos e valores com respeito ao meio ambiente. O seu objectivo nuclear é promover a compreensão dos direitos e responsabilidades cidadãs referentes ao meio ambiente e mobilizar acções voluntárias em todos os níveis da sociedade.

Este programa sustenta que a formação de uma cidadania ambiental é uma componente estratégica do processo de construção da democracia. Acrescenta de igual modo que a formação de uma cidadania crítica e participativa é um indicador da qualidade de tal processo.

O valor fundamental da educação para a cidadania democrática reside no respeito pelos direitos humanos.

O cidadão passa a estar comprometido com a humanidade e o próprio planeta, bem como com os problemas que lhe estão associados. É neste sentido que podemos falar de cidadania ambiental ou até de cidadania planetária.

A questão ambiental transformou-se deste modo numa causa social cidadã. A cidadania ambiental compreende as obrigações éticas que nos vinculam tanto à sociedade como aos recursos naturais do planeta de acordo com o nosso papel social e na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

O cidadão crítico e consciente é aquele que compreende, que se interessa, reclama e exige os seus direitos ambientais, e que, por sua vez, está disposto a exercer a sua própria responsabilidade ambiental.

A noção de cidadania planetária (mundial) sustenta-se na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial. Cidadania planetária é uma expressão que abarca um

conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos e demonstra uma nova percepção da terra como uma única comunidade. Associa-se à noção de “desenvolvimento sustentável”, ela é muito mais ampla do que essa relação indissociável da civilização planetária e da ecologia.

A cidadania planetária deverá ter como foco a superação da desigualdade, a eliminação das sangrentas diferenças económicas e a integração da diversidade cultural da humanidade. Não se pode falar em cidadania planetária ou global sem uma efectiva cidadania na esfera local e nacional. Ela é essencialmente uma cidadania integral.

A cidadania planetária supõe o reconhecimento e a prática da planetaridade, isto é, tratar o planeta como um ser vivo e inteligente.

A construção de uma cidadania planetária tem ainda um longo caminho a percorrer no interior da globalização capitalista. A cidadania planetária deverá ter como foco a superação das desigualdades, a eliminação das diferenças económicas, a integração da diversidade cultural da humanidade. Não podemos falar em cidadania planetária ou global sem uma efectiva cidadania à esfera local e nacional. Ela é essencialmente uma cidadania integral.

A cidadania planetária implica também a existência de uma democracia planetária, facto que estamos muito longe de alcançar.

*

Neste turbilhão, a educação - função social eminente - é “apanhada” na transição do milénio entre “dois fogos”, dois estilos de sociedade. Desde sempre situada na linha divisória entre permanência e mutação, entre conservação e inovação, a função educativa vê-se submetida a tensões sem precedentes. Ela é bem o espelho de todas as contradições que se abatem sobre as nossas sociedades; mas dito isso, também é importante verificar que sobre ela repousam todas as esperanças de melhoria da sociedade futura.

Na anterior sociedade, estável, simples e repetitiva, a memória dominava o projecto, os princípios transmitiam-se imutáveis, os modelos exemplares conservam-se como arquétipos. Era o primado da estrutura sobre a génese.

Na nova sociedade, instável, inventiva e inovadora, o projecto sobrepõe-se à memória, o futuro domina o passado, os modelos são constantemente postos em causa. É o primado da génese sobre a estrutura.

Há uma tendência, fruto quiçá do seu devir histórico, em se acentuar na escola a dimensão conservadora, em detrimento de uma inovação, imagem por excelência da nossa contemporaneidade.

Hoje, a universidade e a própria escola têm que fazer um enorme esforço de reflexão para se repositonar na sociedade. É caso para se afirmar que precisa de se repensar para sobreviver.

A escola foi planeada e expandiu-se como instituição que vinha competir com a família e Igreja. Actualmente as instituições educativas tradicionais – tais como a família e a escola – estão a perder a capacidade de transmitir eficazmente valores e modelos culturais de coesão social. Há um défice de socialização, que foi coberto pelos novos agentes de socialização: os mass-media.

Os dois conceitos centrais da organização escolar tradicional, Sequencialidade e Hierarquia sofrem erosão na sociedade actual, sendo postos em causa por dois factores: a televisão faz circular a informação para toda a gente, independentemente da idade; a necessidade da educação permanente para a constante renovação do conhecimento, acarreta a crise da sequencialidade, tal como os conceitos de aluno e professor, todos somos alunos.

A construção de identidades individuais na sociedade tradicional baseavam-se sobretudo nos factores como género, raça, etnia, religião. Com o capitalismo e a democracia esbateu-se a sua importância e foram substituídos por nação, classe social e ideologia política.

Hoje, estes factores estão a perder capacidade socializadora. Actualmente o indivíduo não incorpora sistemas que existiam de forma independente; incorpora fragmentos diversos da realidade e é esta que deve reconstruir o sistema.

Estas mudanças de construção da identidade afectam a acção educativa, sobretudo aquilo a que poderemos designar por educação formal que tem como pressupostos duas ideias:

- Defende que o núcleo básico da socialização é dado pela família;
- Supõe que existe um modelo cultural hegemónico, dominante, que a escola deve transmitir.

A expansão do individualismo coloca em causa estes pontos, por um lado, a família está em transformação, está mais fraca no papel de socialização; por outro lado não há um modelo cultural hegemónico – temos uma realidade multicultural. Isto tem como consequência o gerar de insegurança e o alimentar de reacções conservadoras.

Como que receando a emergência de uma “crise civilizacional”, os estados democráticos defendem a necessidade urgente de promover uma educação para a vida pública, único meio ao seu alcance para reconstruir a sociedade contemporânea em torno de um conjunto de valores que transmitam uma alma colectiva às novas gerações.

Acordando do espírito relativista que caracterizou a educação ocidental nos anos 70 e 80, os sistemas educativos sinalizam hoje um largo conjunto de razões legitimadoras da necessidade de introduzir a formação cívica nas escolas, combatendo a “ausência de referências”; necessidade de contribuir para a inserção plena e “normalizadora” dos indivíduos na sociedade - combatendo o alastramento de problemas susceptíveis de ameaçar a coesão social e mesmo nacional, como são exemplo a violência, a ausência de respeito pelos direitos humanos, o racismo ou qualquer outra discriminação.

Só que a escola, ao implementar isto, esquece-se que a realidade social que a rodeia modificou-se por completo. Vemos, por conseguinte, a escola em dificuldades. Ela tem de facto, que reconhecer que a educação está submetida a novas tensões e desafios - formar para maiores espaços de liberdade e para a construção da sua própria identidade reconhecendo a do outro. Isto implica articulações distintas entre escola, família, mass-media.

Encontrar razões legitimadoras de uma educação para a cidadania não significa, por si só, que a escola tenha resolvido o problema.

As grandes dificuldades surgem quando a escola tenta operacionalizar no terreno essa mesma educação. Uma vez aqui, deparamos com o terreno minado por dificuldades e obstáculos.

Educar para a cidadania ultrapassa o plano didáctico e exige, em primeiro lugar, que se defina uma compreensão mais alargada do próprio conceito de cidadania, condizente com a realidade colectiva dos nossos dias.

A escola deve encontrar uma nova compreensão para um antigo conceito, considerando as novas temáticas que derivam das dinâmicas de evolução da sociedade e que colocam novos desafios, quer ao exercício da cidadania, quer, obviamente, à educação neste domínio.⁷

Há a nítida impressão de que a escola reduz, frequentemente, os seus esforços de educação cívica a uma série de funções associadas à transmissão de conhecimentos “úteis”

7 Educar para a cidadania é um processo contrário à rotina que exige da escola uma prática consequente e desmistificadora do que é a política, do que é governar, do significado dos tabus ideológicos e das suas intenções ambíguas ou distorcidas.

para a vivência social de acordo com determinado projecto ideológico. Estamos perante o primado do currículo.

O que de facto acontece é que o domínio de factos e regras não garante, por si só, o exercício de uma cidadania inteligente e activa.

O ensino meramente teórico reveste-se de interesse limitado. A escola não pode ser passiva, nem pode considerar os alunos como entidades passivas; é urgente experimentar itinerários pedagógicos que salientem o papel activo dos alunos, estimulem a reflexão sobre si próprios, fomentem o contacto com o diferente, desafiem dogmas estabelecidos e promovam a emergência de uma consciência ética autónoma.

E de facto isto pode ser feito sem um programa adoptado, se atendermos ao facto de a realidade que nos circunda constituir uma fonte inesgotável de possibilidades de estudo e de análise.

É nesta linha de acção que se enquadra o Despacho do Ministério da Educação português, que regulamenta o projecto de gestão flexível do currículo, onde é contemplada especificamente a educação para a cidadania como área curricular não disciplinar, coordenada pelo director de turma, visando a aquisição e desenvolvimento de competências.

Mas se, pelo contrário, existir um programa adoptado, ele deverá possuir temas programáticos transdisciplinares como sejam os direitos humanos, a democracia, ou o meio ambiente.

Uma educação verdadeiramente preocupada com o desenvolvimento dos alunos enquanto entidades cívicas não pode ser uma educação que se refugia na vulgaridade do relativismo e da subjectividade, apesar de estes serem frequentemente apontados com os caminhos mais “politicamente correctos”, para se lidar com as múltiplas configurações do mundo contemporâneo.

A acção educativa deve proporcionar ao aluno o contacto com diversos modelos de pensamento e de comportamentos cívicos, mas também incentivá-lo a realizar escolhas, as quais configuram e exprimem desejos, necessidades e aspirações.

A definição cívica não deve ser imposta do exterior, mas sim, construída de forma progressiva.

*“O educador não deve dar respostas antecipadamente, mas deve ajudar o aluno a obter a percepção objectiva da sua condição existencial, a tomar consciência de si como alguém que possui uma determinada originalidade e que atribui um sentido particular às realidades do dia-a-dia.”*⁸

⁸ Fonseca, António Manuel, Educação para a Cidadania, Porto, Porto Editora, 2000, p. 24.

O papel do professor carece, igualmente, de ser repensado. Os professores encontram-se numa posição desconfortável que é geradora de insegurança e de posicionamentos conservadores.

A aparente diluição entre professor e aluno, se por muitos é prenúncio de desgraça, uma vez que se vêem privados da segurança que outrora a autoridade lhes conferia, para outros significa, tão somente, uma nova forma de estar na educação. Um lugar de parceria, onde é manifesta a função potenciadora de desenvolvimento do espírito, da criatividade, das relações afectivas, etc. É seguramente uma postura que exige mais esforço.

*“Para obtermos alunos autónomos, responsáveis, com voz activa, o trabalho dos professores terá de passar necessariamente pelo conhecimento aprofundado das realidades e contextos sociais, culturais e pelas raízes, nem sempre visíveis, que os alunos podem assumir como suas. Assim, os professores poderão melhor trabalhar e cooperar com os alunos, tendo em vista a produção de aprendizagens significativas. Poderá parecer difícil, contudo não é impossível. É impossível e até pouco sensato a escola actual, ignorar esta realidade plural e dinâmica.”*⁹

Se atendermos ao facto de estarmos perante um conceito de cidadania redimensionado, facilmente poderemos perspectivar que o papel do professor, longe de ser menorizado, deve ser enfatizado.

Torna-se imperioso, a fim de que a educação para a cidadania não se transforme num fracasso, existir um plano de formação de professores.

É necessário que o professor tenha uma formação adequada. É necessário que nos planos de formação de professores constem conteúdos de carácter sociológico, ético-filosófico, e relativos à psicologia do desenvolvimento social e moral, possibilitando a cada docente desfrutar dos recursos conceptuais indispensáveis para a sua formação como pessoa e como profissional da educação para a cidadania.

A escola terá que aceitar os alunos como actores e para isto acontecer, terá que reformular os seus objectivos que parecem estar desajustados a esta outra realidade.

Assumir o respeito do aluno, a consciencialização do poder da autonomia inerente ao ser humano, o reforço dos valores democráticos; o ensino para a cidadania; o estímulo da prática da discussão e da decisão por parte dos seus alunos, a criação de condições para a sua participação na vida institucional e cultural das escolas, num clima de diálogo, dignidade e respeito.

Ensinar terá de passar pela tomada responsável de decisões conjuntas de professores e alunos enquanto sujeitos aptos para levar a cabo a transformação da escola. O professor

⁹ Santos, Maria Cecília, em Educação Sociedade & Culturas n.º 14, Porto, Afrontamento, p. 170.

terá então que colocar de lado a transmissão puramente técnica de conhecimentos que conduz inevitavelmente à alienação dos estudantes e à insatisfação pessoal e profissional dos indivíduos, grupos e subgrupos concretos, que fazem a educação e que são a escola.

O desafio com que se defrontam os processos de construção de uma nova cultura para a cidadania consiste em oferecer à necessidade de formação ética, alternativas não geradoras de exclusão, alternativas tolerantes e pacíficas.

Nas palavras de Maria Cecília Santos, uma prática educativa anti-discriminatória está *"orientada para a realização dos educandos como seres livres e conscientes, para a aproximação crítica entre a escola e a vida, currículo e experiência social dos sujeitos, ensino e formação moral e cívica, formação democrática e exercício efectivo de práticas democráticas e participativas na escola."*¹⁰

Se existisse palavra capaz de aglutinar em torno de si todas as mudanças que são necessárias na escola, ela seria: Democratizar.

A implementar-se, a democratização da escola terá que considerar todos os níveis, da administração central à sala de aula, do organigrama do sistema escolar à organização do trabalho pedagógico, dos processos aos conteúdos, das regras formais, às regras não formais e informais.

A democratização da escola não se constitui, apenas como problema tipicamente escolar ou técnico-pedagógico.

A participação comunitária e a participação de professores, alunos e pais na escola pública, exige estruturas leves, disponíveis à mudança, descentralizadas, que viabilizem, com rapidez e eficiência, a acção governamental.

Não obstante, a busca da autonomia não se compadece com uma lógica tradicional de distribuição e do uso de poderes. A tutela, mesmo que se afirme interessada numa lógica democrática e de disseminação do poder instituído, adopta paradoxalmente, comportamentos e produz normas que em nada têm a ver com a procura e efectivação de uma vivência democrática contextualizada na autonomia que diz privilegiar para a organização escolar.

Proceder a transformações democráticas e participativas a partir de decisões autoritárias, não partilhadas mas impostas, representa uma contradição fatal para o governo democrático e o exercício de uma cidadania democrática.

É impossível democratizar a escola autoritariamente, à força ou através de golpes legislativos; descentralizar a administração escolar apenas a partir de decisões centrali-

10 Santos, Maria Cecília, op. Cit. p. 170.

zadas; doar a autonomia às escolas, ou condená-las a uma autonomia que os actores escolares desprezam ou se recusam a assumir.

Falamos, até agora, da escola em termos genéricos; falar das dificuldades de um ensino da cidadania ao nível do ensino superior significa, não só considerar as observações atrás produzidas, como também considerar as especificidades próprias a este nível de ensino. E a este respeito, diga-se em abono da verdade, que não se tem feito grande coisa. Se por um lado há a consciência de que o processo educativo se deve concentrar na formação de cada pessoa – considerada de forma íntegra, física e espiritualmente –; não se tem, na prática, dado muita atenção a estas preocupações. Talvez porque o ensino superior considere que esse tipo de conhecimentos devem ser adquiridos no ensino básico e secundário. Talvez estejamos na presença de uma responsabilidade presumida, uma vez que os alunos à partida, e na sua larga maioria, estão na idade adulta. E talvez isto constitua um erro. É na idade adulta que assistimos ao maior laxismo comportamental das pessoas, sinal que a educação para uma cidadania é algo em que se deve insistir, independente da idade dos alunos ou das pessoas.

A escola, seja a que nível for, tal como a cidade, reclama por uma cidadania de participação que não se cansa de perguntar o porquê das coisas, que não se alheia da busca inteligente de novas soluções, que preza o seu sistema de autonomia, que desabrocha nos pequenos actos de oxigenação do tecido comunitário, que faz cavalo de batalha do combate às injustiças, sobretudo quando estas se abatem sobre quem menos meios de defesa tem, vencendo a indiferença do pensamento neoliberal.

Uma cidadania plena joga-se na confluência crítica entre o livre-arbítrio e a responsabilidade. Nesta nova cidadania é igual o que é diferente.

Bibliografia

Acquaviva, S., “Projectar a Felicidade” Lisboa, Ed. 70, 1996

Carneiro, Roberto, “Fundamentos da Educação e da Aprendizagem”, F.M.L., Gaia, 2001

Crespo, Vítor, “Ganhar Bolonha, Ganhar o Futuro”, Lisboa, Gradiva, 2003

Figueiredo, Ilda, “Educação para a Cidadania”, Porto, Asa, 2000

Fonseca, António Manuel, “Educar para a Cidadania”, Porto, Porto Editora, 2000

Freire, Paulo, “Cartas a Cristina”, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, s/d

- "Educação como Prática da Liberdade", Ed. Voz e Terra, Rio de Janeiro, 1969
- "Pedagogia do Oprimido", Livros Horizonte, Lisboa, 1972
- "Professora sim, Tia não. Cartas a quem ousa ensinar", S. Paulo, Olho d'Água, 1993
- Giddens, Anthony, "O Mundo na Era da Globalização", Lisboa, Ed. Presença, 2000
- Gutiérrez, Francisco e Prado, Cruz, "Ecopedagogia e Cidadania Planetária", S. Paulo, Cortez Ed., 1999
- Lima, Licínio C., "Organização Escolar e Democracia Radical", S. Paulo, Cortez Ed., 2000
- Maturana, Humberto, "El Sentido de lo Humano", S. Chile, Dolmen/Mundo Abierto, 1996
- Praia, Maria, "Educação para Cidadania; Teoria e Prática", Porto, Asa, 2000
- Tedesco, Juan Carlos, "O Novo Pacto Educativo", F. M. L., Gaia, 1999
- Soromenho-Marques, Viriato, "A Era da Cidadania", P.E.A., Lisboa, 1996
- Veiga, Maria Amélia, "Oportunidades e Ameaças de Bolonha e a Universidade Europeia num Contexto de Globalização", FPCE, Porto, 2003

Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Rio de Carvalho
Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da UL

1. Sessão V - Questão 1

Identifique os principais valores e atitudes que os alunos devem evidenciar à entrada do ensino universitário e politécnico para o que considera ser a missão das instituições de ensino superior. Porquê a sua importância e de que forma eventuais lacunas condicionam o sucesso dessa missão?

A “missão” do ensino superior universitário está consagrado nos documentos legais que o regem e assenta numa cultura académica de certa forma consensual que, pensamos, atravessa a Universidade. No entanto, esta missão tem aspectos muito diferenciados entre o ciclo básico (licenciatura) e as pós graduações.

Nas duas situações a grande finalidade é o desenvolvimento científico, cultural e tecnológico dos estudantes com vista à sua inserção na vida activa, enquanto quadros superiores; mas enquanto no ciclo básico o objectivo é uma formação sólida e generalista, as pós graduações (de banda mais larga ou mais estreita, mais ou menos profissionalizantes) visam o desenvolvimento de uma especialidade alicerçada numa atitude e prática de investigação científica.

Os valores atitudinais que reputamos de essenciais à entrada na nossa Escola são:

- honestidade intelectual;
- hábitos de estudo e reflexão;
- abertura à inovação;
- autonomia e prática democráticas;
- motivação para compreensão do mundo envolvente, numa perspectiva da relação do indivíduo com a sociedade.

A nossa Faculdade forma Psicólogos e Especialistas de Educação/Educadores, onde estas qualidades/valores humanos são essenciais e embora os julgemos da maior importância para todos os estudantes universitários, tomam particular relevância na formação de profissionais que vão actuar sobre os comportamentos de pessoas em aspectos tão sensíveis como são os aspectos cognitivos e afectivos.

2. Sessão V - Questão 2

Quais as práticas (curriculares e extra-curriculares) que as instituições de ensino universitário e politécnico devem promover para o fortalecimento do carácter, capacidade de liderança e espírito de cidadania dos seus alunos?

O carácter de cada pessoa depende do seu saudável desenvolvimento, mas envolve sempre a existência de coerência em relação não só às convicções e valores professados e aceites por cada um como também àqueles que foram consagrados pela sociedade.

A formação de um carácter/personalidade equilibrados depende de um saudável desenvolvimento afectivo; no entanto, este equilíbrio não deve prejudicar a variabilidade de interesses, opções e motivações pois é desejável a existência de uma diversidade que enriqueça a sociedade.

Assim a Escola deverá proporcionar a vivência de experiências múltiplas, sempre no âmbito de uma cultura de responsabilização em todos os sectores da vida académica.

A existência ou não de vocação para a liderança fará, por sua vez, parte do tipo de carácter e portanto a possibilidade de a exercer com mais ou menos sucesso depende dos vários tipos de personalidades existentes.

Embora haja também lideranças de vários tipos ela envolve sempre a capacidade de levar os outros a atingir objectivos (que podem ser mais ou menos legítimos).

Em relação à prática da cidadania, o exercício democrático da condição de aluno, no quadro da actual legislação, se vivida e praticada, será um excelente exercício de cidadania. Com efeito, o conhecimento da legislação de funcionamento das escolas, bem como a participação nos órgãos onde os alunos têm assento é uma experiência que pode ser extrapolada para a vida no país.

Por outro lado, a responsabilização no cumprimento das normas institucionais é também uma importante experiência nem sempre valorizada por aqueles que se consideram educadores.

As Associações de Estudantes são expressões do movimento associativo.

Em relação aos grandes temas/problemas nacionais e internacionais que a cada momento emergem é costume na nossa Escola organizarem-se sessões para a sua discussão em âmbito mais alargado.

3. Sessão V - Questão 3

Que desafios se colocam as Instituições de ensino universitário e politécnico que querem acompanhar as necessidades de formação e amadurecimento profissional pós-graduado ao longo de toda a vida profissional? Como compatibilizar as capacidades e competências técnicas com o amadurecimento das atitudes e da ética?

Tais desafios são difíceis de enfrentar porque a legislação vigente, não só a referente ao ensino superior como, de uma forma geral, a da função pública dificultam a resposta a esses desafios.

A ligação entre a escola universitária e o mundo do trabalho é urgente, mas as tarefas dos professores, enquanto docentes e enquanto investigadores dificultam muitas vezes a disponibilidade para enfrentar toda a complexidade decorrente dos estrangulamentos que a cada momento aparecem em relação à execução de actividades menos clássicas.

De qualquer forma a implantação das pós graduações tem sido feita pela Universidade portuguesa a um ritmo acelerado e existem muitos cursos que são organizados por encomenda externa, prática que deve continuar a ser desenvolvida.

A compatibilização entre as capacidades técnicas e outras características da personalidade dependerá tão só da forma como se vai desenvolvendo o carácter o que deverá ser feito de uma forma integrada com o desenvolvimento das atitudes profissionais e com as aprendizagens.

Dr. Luís Maia

Universidade Católica Portuguesa – Inst. Estudos Políticos, Lisboa
Mestrando e Bolseiro FCT – PRAXIS XXI

1. Introdução

Usaremos como guião as questões levantadas pois cremos que elas nos permitem tocar todas as questões fundamentais do papel das Universidades, não só na questão da cidadania mas de todo o papel das Universidades na sociedade.

Para cada questão fazemos uma pequena reflexão que serve como enquadramento e depois apontamos algumas das questões e mudanças chave. Por fim nas conclusões fazemos um sumário dos eixos fundamentais em torno dos quais elaboramos as 3 “respostas”.

E de facto os elementos fundamentais em cada questão vão sempre em torno do eixo fulcral deste trabalho: o papel vital da universidade não é a transmissão de saberes técnica acumulados (não deixando de ser importante) mas sim a formação do indivíduo, a sua preparação para a aprendizagem e para o uso da mente (que lhe permitirá depois adaptar-se às mudanças de contexto e de tecnologias, e a formação cívica, que lhe permite dar uso adequado aos saberes e às tecnologias, que lhe permite ser de facto um valor acrescentado em prol da sociedade e do bem estar da mesma, que lhe permite guiar-se e ter referenciais perante um cenário de permanente mudança e incerteza, económica, de valores, técnica, ambiental.

O papel e a filosofia central das universidades deve por isso passar por manter-se ela mesmo fiel aos seus princípios fundadores de *universitas* e não dada a particularismos, dando liberdade de escolha e ferramentas de pensamento não especializando nem fechando ao exterior, promovendo o diálogo e a diversidade e dando referenciais. Ela deve educar para a excelência e para a exigência, usar da seriedade e honestidade intelectual, não temer colocar em causa os saberes adquiridos e os Mestres. Só assim se pode aprender verdadeiramente com eles. A Universidade deve por isso evitar a cristalização, a natural tendência à preservação do *status quo* e à repetição acrítica dos saberes. Ela deve resistir às forças do mercado que a querem tornar em mero produtor de diplomados, em mera escola de ofícios ou numa instituição encerrada em si mesma em esoterismos inúteis.

A universidade deve saber manter-se aberta e adaptar-se às mudanças da sua envolvente. Não temendo por isso a gestão privada e racional, ou a sua maior abrangência numa

abertura às novas tecnologias, à flexibilização dos ensinamentos e das metodologias de ensino, à maior abrangência dos saberes e das idades – voltando a ser escola de especialização no apoio à formação profissional sem perder de vista as directrizes éticas –, sabendo dialogar e colaborar cada vez mais com entidades locais, regionais, com os agentes económicos, sociais, culturais e políticos. É disso que iremos falar.

2. Sessão V - Questão 1

Identifique os principais valores e atitudes que os alunos devem evidenciar à entrada do ensino universitário e politécnico para o que considera ser a missão das instituições de ensino superior. Porquê a sua importância e de que forma eventuais lacunas condicionam o sucesso dessa missão?

Os valores, atitudes e padrões de comportamento são determinantes nos resultados a obter, seja por indivíduos, seja por organizações ou sociedades. Tão relevantes como eles apenas as próprias capacidades e a energia e determinação colocadas ao serviço dos objectivos definidos e uma definição de quais esses objectivos – pois sem essa “missão”, sem se saber o porto a alcançar, a rota a trilhar não será clara e as “remadas” dadas, por muito fortes que sejam, não serão senão uma deriva perdida num oceano de dúvidas. E isto não se verifica.

Pedindo desculpa pelo abuso de imagens marítimas, o enquadramento era necessário pois dele se pode deduzir o quão crucial é a questão que se levanta, bem como boa parte da resposta:

- a vontade e determinação são vectores fundamentais, e eles devem reflectir-se na vontade de aprender e de estudar;
- o saber colocar em causa não só conhecimentos adquiridos e ideias pré-concebidas como também os próprios conhecimentos e saberes que são transmitidos, sem recear o colocar em causa “verdades indiscutíveis” ou levantar questões pertinentes;
- a curiosidade como atitude permanente, o investigar e aprofundar de noções básicas transmitidas;
- a fuga da especialização excessiva compreendendo que mais do que bons técnicos se busca a formação de seres humanos completos, e que um bom arquitecto ou um bom advogado precisa saber também o que faz o cidadão no dia a dia,

- como funciona um teatro ou o que são os ingredientes essenciais na cozinha tradicional... Um bom economista precisa saber e querer saber porque são certos programas televisivos mais populares em determinadas regiões ou um bom médico só o pode ser se conhecer o *state-of-the-art* da psicologia... tal como um bom docente de qualquer área não o pode ser senão estiver actualizado face aos eventos mundiais;
- a exigência consigo, com a qualidade e seriedade da docência; a vontade de fazer e surpreender;
 - a seriedade intelectual perante a vida, aprofundando e não apenas a florando, querendo compreender e não apenas memorizar de modo acrítico;
 - a vontade de se exceder, mais do que a vontade de exceder os demais, a capacidade de compreender a competição como saudável mas não fundamental, ao contrário da capacidade de trabalhar em grupo;
 - a determinação e a não acomodação, mesmo que venha a descobrir que não era afinal aquela a sua vocação; saber ser flexível e que uma formação superior determinada não o condicione para sempre a fazer o mesmo.

O próprio sistema, ao não dar exemplo, ao não ser exigente e ser fechado e repetitivo, não exigindo conceitos-base em função dos quais se pode construir opinião fundamentada e investigar de mote próprio de acordo com seus interesses mas antes não dando opções e negando iniciativas ou formas alternativas de transmissão de saberes e aprendizagem, não exigindo criatividade nem a apoiando, nem ao espírito de investigação, antes promovendo a repetição e a cópia, não sendo senão capaz de reprimir perante incumprimento mas não estimulando outros mecanismos pedagógicos, a “reinscrição” ou a tomada de iniciativas.

Deixando a iniciativas individuais o rejuvenescimento e a introdução de elementos novos e mesmo o incentivo ao espírito de aprendizagem e investigação. Isto gera outrossim acomodação e perda progressiva do interesse e motivação, criando sub-utilização das capacidades.

3. Sessão V - Questão 2

Quais as práticas (curriculares e extra-curriculares) que as instituições de ensino universitário e politécnico devem promover para o fortalecimento do carácter, capacidade de liderança e espírito de cidadania dos seus alunos?

Acredito que o marasmo (e o uso de tão forte termo é intencional, ainda) em que caiu a maioria das instituições e dos seus membros, nomeadamente discentes, só pode ser combatido não só com a oferta de actividades mas como com a sua “relativa” obrigatoriedade ou pelo menos com medidas de promoção directa das mesmas. Um sistema de obtenção de licenciatura por créditos em que parte desses créditos tem de ser ou pode ser obtido por actividades que não só servem para diferenciar formações como para promover actividades, espírito de iniciativa e em que cada um pode definir a sua própria especialização e formação, aumentando a motivação, parecem ser caminhos a trilhar, em detrimento dos menus rígidos de disciplinas, sem relação com o mundo exterior, sem estimular a iniciativa ou diferenciação, sem preparar para a inserção profissional. Por exemplo:

- Abertura ao secundário – para os alunos compreenderem e saberem o que os espera (ex: “Dia das Escolas nas IES”). Como isso não acontece, gera-se o choque, “fantasmas” e “barreiras”, com uma maior dificuldade na escolha da vocação ou da Universidade ou curso a frequentar.
- Apresentações públicas e trabalho de grupos como prática pedagógica a estimular. Actividades na sociedade, como performances ou trabalho em empresas, trabalhos sociais, etc. Ou porque não apresentações de alunos superiores nas escolas secundárias?
- Integração em equipas de investigação, valendo créditos, ou UC para participação e organização de seminários internacionais, eventos, ou a prestação de trabalhos para ou sobre empresas ou a prestação de serviço social (uma nota: SMO talvez não, se calhar serviço cívico sim). E aqui falta em muitos casos o espírito de comunidade à direcção e ao corpo docente das IES e a abertura ao serviço às IES pelos discentes – o que estimularia a tomada de iniciativas.
- Estágios, mesmo de curta duração, que eventualmente não necessitem ser na área de estudo! A polivalência e a flexibilidade podem também aprender-se assim.
- Visitas – seja dentro da área de estudo seja de cariz cultural, como uma mera ida ao teatro ou a um concerto promovido pela IES – viagens como parte de disciplinas ou não; visitas a empresas, instituições públicas e instituições de serviços, civis e militares – IDN como exemplo!
- Estímulo a intercâmbios não só internacionais mas entre IES dentro do país e mesmo na mesma universidade entre diferentes Faculdades – fazem-se por vezes actividades conjuntas mas raramente os alunos são envolvidos ou há aulas conjuntas, interdisciplinares, por exemplo.

- Concursos e prémios, mesmo que fora da área de estudo específico, para estimular a criatividade, o trabalho de grupo e a competitividade saudável.
- Apresentação de associações, como a ANJE, de projectos e incubação de empresas, mas também de projectos artísticos, Spin-offs, projectos de I&D, ALPHA, Leonardo e outros, etc.
- Aulas de cidadania, abertas a alunos de todas as Faculdades, com noções de teoria e ciência Política, democracia, direitos humanos, história moderna e contemporânea, direitos civis, etc.
- Aulas de línguas, internas à Universidade, abertas a todos os cursos, valendo também créditos opcionais.
- Actividades desportivas, seja de carácter lúdico seja de carácter competitivo, não só de desportos convencionais como de actividades que possam promover contacto com a natureza e convivialidade, bem como o espírito de equipa.
- Acordos com associações empresariais, ordens profissionais, etc., empresas e entes públicos visando a divulgação do que é o exercício de cada profissão, a realidade orgânica e como se processa a integração dos quadros nas estruturas e as opções profissionais principais de cada um.

4. Sessão V - Questão 3

Que desafios se colocam às Instituições de ensino universitário e politécnico que querem acompanhar as necessidades de formação e amadurecimento profissional pós-graduado ao longo de toda a vida profissional? Como compatibilizar as capacidades e competências técnicas com o amadurecimento das atitudes e da ética?

É vital às IES a não cristalização, a abertura e a capacidade de num organismo, por natureza conservador, aprender a gerir e mesmo a gerar a mudança, a fazer a renovação. A conciliação dos saberes técnicos (nas vertentes de ensino e investigação) com dimensão ética é o maior desafio das IES e implica a interiorização, a compreensão e transmissão de que isso equivale à compreensão do Homem não como mera máquina, antes ser social e habitante da comunidade – só aí se podendo exprimir como indivíduo e desenvolver ao máximo o seu potencial e o dos saberes adquiridos. Não é o conhecimento que é perigoso ou vantajoso, antes a sua utilização. Os princípios éticos são o determinante último do valor dos saberes. Só a busca da excelência e da honestidade intelectual pode assegurar um bom valor.

Há ainda a questão do “após o canudo”. Para isso temos de introduzir novas dimensões nas IES. Aprender a valorizar as redes e aqueles que foram alunos, não vendo as IES apenas como fábrica de diplomas e nada mais. Aprender a estimular as redes Alumni e a usá-las em benefício dos que são e dos que foram membros dessa comunidade, tal como os fóruns entre empresas, associações e as IES como pontes entre os antigos alunos e a realidade económica envolvente. Fazer uma melhor utilização dos novos meios de tecnologia e novos esquemas horários.

A flexibilização do ensino, com módulos, com a introdução alargada do modelo de Bolonha (3+2), as *major*, como bem fez a Universidade Nova, a maior flexibilização do reconhecimento de diplomas e ultrapassagem dos demais obstáculos que tornam o nosso sistema educativo superior pouco competitivo (porquê temer parte dos programas opcionais em inglês ou espanhol?). Criação de cada vez mais cursos de especialização (mesmo sem valor académico *strictu sensu*) e *updates*, com novas metodologias de ensino, ligando sempre que possível e vantajoso a dimensão da investigação e da transmissão de saberes. Não temer a aproximação ao mercado da formação, a maior proximidade dos saberes às necessidades do tecido económico, com maior valorização das competências, valências e aptidões e menos do grau ou licenciatura específica.

Promoção de investigação conjunta com entidades externas, partilha de resultados, estimular corpo docente (e mesmo discente) a passagens pelas empresas e sociedade, até para poderem transmitir *in loco* os mais recentes saberes teóricos, e apreender por seu lado os desenvolvimentos do mundo do concreto e das dinâmicas tecnológicas e sociais.

A aposta na Lusofonia, complementar à Europa e EUA (e no sentido EUA-Portugal muito há a fazer), criando sinergias que permitam aos universitários Portugueses desenvolver desde já conhecimentos, práticas e contactos que serão necessários naqueles que são mercados de grande oportunidade e preparando iniciativas com valor acrescentado para Portugal e para os PALOP.

A Gestão, como a Arquitectura ou a Medicina, tem saber próprio e requer técnicas específicas. Chegou a hora da profissionalização da gestão das Universidades e unidades de Investigação - nesta vertente é urgente a aposta nas capacidades de gestão e de dinamização de redes que possam dar resposta aos desafios da competitividade e do 6º Programa Quadro. A incapacidade de gerir e coordenar redes está a implicar a exclusão por parte das IES Portuguesas dos centros de decisão e dos cursos da investigação, relegando-nos maior exclusão. Não se trata de falta de qualidade dos meios humanos ou tecnológicos, muito menos de incapacidade congénita mas sim de falta de um *know-how* e capacidade de resposta a problemas de Gestão. Portugal é o único país da UE que não tem

empresas especializadas na Gestão e captação de consórcios de investigação pois as universidades preferem ser apenas parceiros nas redes ou nem participar a assumir que têm de contratar externamente as capacidades de Gestão que necessitam, tal como reagem fortemente à ideia de um não académico na Gestão da Universidade ou da “Faculdade”.

5. Comentários Livres

O essencial está dito e creio que o facto de o ter apresentado como “pontos” da agenda faz com que o seu aprofundamento possa ser feito de forma mais interessante num debate final que propriamente sob este “ponto 5”. Aliás tal não é de esperar pois como dizia Einstein o difícil não é dar respostas mas sim formular bem as questões, pois quando isso acontece a resposta torna-se não mais do que evidente.

Queria, porém, deixar uma nota para a inexistência de bibliografia. O que aqui apresento mais não é senão a síntese quase “instantânea” de reflexões pessoais e incontáveis debates e leituras sobre estes temas. Essas reflexões são naturais pois desde a mais tenra infância me encontro rodeado pelo debate sobre educação (sendo ambos os progenitores professores de línguas no ensino básico e secundário e com responsabilidades directivas nas respectivas Escolas), tendo essa imersão se prolongado com a oportunidade que tive de estudar ou trabalhar por períodos de maior ou menor duração em Instituições de ensino superior ou entidades ligadas à educação superior e à formação cívica em vários países (além de Portugal, Itália - Erasmus, Dinamarca - Pós-graduação, França, Roménia - conselheiro para a internacionalização para 21 das principais Universidades, a convite do Ministério da Educação daquele país, Croácia - juntamente com ONGs locais de direitos humanos e cívicos, Reino Unido, Turquia, Holanda, Bélgica - assessor externo na avaliação de Projectos Socrates-Erasmus para o TAO/Comissão Europeia, Polónia, Grécia, etc.), bem assim como passagens por entidades como o IDN - Curso de Defesa Nacional 1999 - ou o trabalho seja como funcionário, como investigador ou como docente em diferentes Instituições de Ensino Superior em Portugal - Universidade do Porto - Reitoria e duas das suas Faculdades -, Universidade Católica Portuguesa ou Politécnico do Porto, onde lecciono. Para mais são-me familiares áreas distintas da actividade universitária, como a investigação e o ensino, mas também as áreas de gestão de programas de educação e ligação a alguns de investigação, gestão de Faculdades ou de projectos, mantendo ainda ligações à área da formação profissional.

Por fim creio que seja justo afirmar que grande parte destas conclusões, elaboradas a título meramente pessoal, devem ser creditadas (mesmo que sem citações e referências directas) a muitas das experiências e diferentes sistemas educativos e de gestão que tive já oportunidade de conhecer, mas também a muitos dos debates e troca de ideias que tive, bem como a alguns dos muitos textos que li e preleccções que ouvi e que muito me influenciaram. Correndo o risco certo de alguns esquecer, e mencionando apenas nomes de alguns Professores e pensadores Portugueses a quem tive o privilégio de ouvir e mesmo o gosto de com eles debater, não gostaria de deixar aqui alguns nomes: Professores Adriano Moreira, Ernâni Lopes, Augusto Santos Silva, Guilherme d'Oliveira Martins, Severiano Teixeira, Alberto Amaral, Diogo Vasconcelos, Padre Mário Pinto, João Carlos Espada, que com as suas opiniões ditas e escritas me ajudaram também a formular esta apresentação.

6. Conclusões

“Estudar, Estudar, Estudar, Trabalhar, Trabalhar, Trabalhar, Trabalhar”: muitas vezes ouvi o Professor Ernâni Lopes mencionar estas como as 7 regras básicas para se obter resultados. Creio que essa é, também, a conclusão principal deste trabalho.

Curiosidade, vontade, determinação e seriedade intelectual por parte dos estudantes.

Abertura, flexibilidade, renovação, seriedade de gestão, definição clara da Missão e da estratégia por parte das universidades, que necessitam ver-se como instrumentos de formação permanente e difusores de “boas práticas” e de bons cidadãos, e não como fábricas de diplomadas ou mesmo mera formadora de técnicos ou de bons profissionais. As valências técnicas de nada valem senão forem utilizadas para o bem da comunidade, tal como as boas vontades de nada servem se não forem bem rentabilizadas ao serviço da sociedade e do bem estar do indivíduo e do colectivo. É a noção de responsabilidade e a dimensão ética e de desenvolvimento integral que deve ser preocupação primeira da Universidade, não a especialização técnica - não negando ser também papel das IES a transmissão de saberes técnicos e teóricos que permitam uma boa formação técnica e ser a molda de bons profissionais. Isto sem negar em momento algum dever ser a Universidade e o Politécnico, local de formação de pessoas capazes de pensar e de aprender, sendo por isso capazes de adaptar-se às permanentes mudanças de cenários e de tecnologias.

Mais ainda devem as IES ser motor de mudança na sociedade, sendo mais interventivas e participativas, envolvendo empresas, entes públicos, civis e militares, associações e

organizações dos mais variados tipos, a dita “sociedade civil” nas suas actividades e estimulando o debate. Deve formar indivíduos com a noção de responsabilidade para com a sociedade. Indivíduos que difundam boas práticas nos seus locais de trabalho, nas Escolas, nas ruas, nos cafés. Como bem mostrou um estudo recente, o excesso de informalidade é um dos principais problemas da sociedade Portuguesa, não a falta de preparação técnica.

Mas não só de deveres e responsabilidades vivemos e não só eles produzem resultados. A noção de direito e o usufruto consciente dos mesmos é tão fundamental como a de dever. Uma cidadania plena implica a consciência dos seus direitos e o dever de por eles falar. Uma atitude de exigência para com os serviços, de honestidade e de qualidade, de respeito pelos valores básicos, pela dignidade, pelo ambiente e pelas diferenças culturais, religiosas, étnicas, é fundamental para que possamos melhorar. A educação para a exigência, para a qualidade, para a sustentabilidade social e ambiental é o caminho a trilhar. Trata-se na feliz expressão anglo-saxónica, da procura da excelência, da procura da melhoria contínua que devemos implementar na Universidade, na empresa, no Estado, nos serviços, nos produtos, no indivíduo, que deve por isso aprender a competir mais consigo mesmo e menos com os demais.

Dr.ª Berta Pereira Granja
Instituto Superior de Serviço Social do Porto

1. Sessão V - Questão 1

Identifique os principais valores e atitudes que os alunos devem evidenciar à entrada do ensino universitário e politécnico para o que considera ser a missão das instituições de ensino superior. Porquê a sua importância e de que forma eventuais lacunas condicionam o sucesso dessa missão?

Formar assistentes sociais implica formar profissionais que têm uma particularidade comum a outras profissões de ajuda e de relação. São profissionais cujo instrumento fundamental de trabalho são eles próprios, numa relação de ajuda que implica sentimentos, emoções, atitudes corporais enfim, a sua identidade pessoal, social e profissional, desenvolvendo a sua acção profissional junto de indivíduos, grupos e comunidades em situação de sofrimento, de múltiplas privações e com percursos de vida marcados por rupturas e dificuldades.

Essa acção profissional exige um conjunto articulado de saberes teóricos, processuais, metodológicos, saberes fazer técnicos, relacionais e comunicacionais aqui entendidos como saberes de acção. Este conjunto de saberes configuram um conhecimento muito complexo porque a acção humana depende de demasiados parâmetros de natureza diversa, de circunstâncias múltiplas e está submetida a constrangimentos muito variáveis.

Na aprendizagem destes saberes, **o aprender a ser** ocupa um lugar central e implica desenvolvimento pessoal, aquisição de valores, atitudes e comportamentos.

Os nossos objectivos de formação no âmbito dos valores, atitudes e comportamentos são tão significativos para a construção da identidade profissional que não são realizáveis nos 4 ou 5 anos do curso se os alunos não tiverem já algumas predisposições de partida importantes:

- Capacidade auto reflexiva para trabalhar sobre si e sobre os seus próprios limites para aprender a suportar a diferença, a acolher os outros em situações de sofrimento e vulnerabilidade;

- Capacidade para articular a racionalidade e as emoções, para actuar com serenidade, mesmo debaixo de pressões, com perseverança, tenacidade e resistência à frustração para fazer face aos constrangimentos e dificuldades;
- Maturidade pessoal para tomar e concretizar decisões que influenciam a vida de indivíduos, famílias e grupos, assumir as consequências e aceitar os riscos inerentes à incerteza das dinâmicas da acção humana;
- Sensibilidade social para perceber as necessidades, problemas, emoções, valores e maneiras de pensar dos outros não só para criar relações interpessoais de confiança e compreensão para trabalhar com outros cooperativamente;
- Tecnologias de trabalho intelectual, valorização da razão, e se não tiverem ainda o embrião do espírito científico que tenham pelo menos a disponibilidade para questionar as evidências, o senso comum, as “verdades” absolutas, aceitando o erro como fonte do conhecimento, para a auto-formação/reflexividade;
- Sensibilização para os princípios éticos do trabalho, da solidariedade, da defesa, da igualdade e de cidadania, do respeito pela pessoa humana para se prepararem para assumir com autonomia a sua própria concepção do mundo, os seus valores e agir coerentemente em função deles.

2. Sessão V - Questão 2

Quais as práticas (curriculares e extra-curriculares) que as instituições de ensino universitário e politécnico devem promover para o fortalecimento do carácter, capacidade de liderança e espírito de cidadania dos seus alunos?

Estar atenta às transformações da realidade e mudanças no mercado de trabalho e criar interações e compromissos com a comunidade, não se encerrando em si própria para aprender com as outras organizações e com os diversos saberes.

Propor uma formação multi e inter disciplinar que fomenta e aprofunda os dispositivos de escuta, de interpretação mútuas e diálogo entre as diferentes experiências e saberes, a transferência de informação e disseminação dos saberes, e que procura assegurar a troca e complementaridade nas várias dimensões do projecto de formação profissional.

Aproveitar os espaços e tempos simbólicos que estruturam o processo de formação integrando a totalidade da vida dos alunos, com incidência especial nas relações e

interacções desenvolvidas dentro da escola, incluindo a participação nos processos de gestão e organização da escola.

Fomentar práticas pedagógicas e processos de avaliação que:

- superem a fragmentação de conteúdos evitando a dispersão e pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
- estimulem a participação na resolução sistemática de problemas;
- desenvolvam competências na operacionalização de saberes teóricos, privilegiando a capacidade de aplicação em detrimento da memorização;
- facilitem a conquista de autonomia de pensamento e redução da dependência dos docentes;
- promovam a articulação teoria/prática, organizando e valorizando os estágios em contexto real de trabalho desde o 1º ano. Os problemas sociais deverão ser considerados como núcleo central e articulador de toda a formação.

3. Sessão V - Questão 3

Que desafios se colocam às Instituições de ensino universitário e politécnico que querem acompanhar as necessidades de formação e amadurecimento profissional pós-graduado ao longo de toda a vida profissional? Como compatibilizar as capacidades e competências técnicas com o amadurecimento das atitudes e da ética?

Criar o desejo da aprendizagem permanente transformou-se num dos grandes objectivos da formação inicial. Criar a necessidade permanente de voltar à escola, de debater experiências, de conhecer as inovações, de confrontar modelos e formas de intervenção e seus resultados é um objectivo importante a conseguir.

Um dos problemas na formação inicial de profissionais é conseguir demonstrar que no conjunto dos saberes de acção, o saber teórico é imprescindível e eficaz do ponto de vista operacional, isto é, elucida a acção e apoia-a. Se isto não for conseguido nesta fase, esse saber será rejeitado e mais depressa ainda na rotina da prática profissional como um saber inútil, porque não se consegue perceber o que fazer com ele.

Para garantir a aprendizagem desse saber complexo, é fundamental que durante a formação inicial os alunos se sintam numa escola aberta à comunidade e à realidade social, com um ambiente colectivo de empenhamento na produção de pensamento, em ruptura epistemológica com os modos de conhecer e de fazer acrícticos e rotineiros.

Estabelecer a dimensão investigação/intervenção como condição central da formação, permite que se articulem os conhecimentos teóricos com os conhecimentos técnicos e metodológicos, enraizados num saber prático, porque as soluções práticas nunca são perfeitas e podem até ter efeitos perversos inesperados, mesmo quando se parte de bons diagnósticos e se decidem procedimentos muito elaborados e bem programados.

É ainda importante promover a inovação com as suas incertezas e rupturas, sempre ancorada nos saberes teóricos que estabelecem relações entre situações, que explicam, que desenvolvem actividade de análise, de compreensão, interpretação e inteligibilidade, mobilizando as teorias e as possibilidades reais de concretização.

Uma outra estratégia necessária é o permanente investimento da teoria na construção de problemas de acção. A acção assume-se como um objecto de investigação proporcionando um diálogo intenso entre a pluralidade das disciplinas que contribuem para explicar o funcionamento dos fenómenos sociais e entre estas e os resultados/conhecimentos produzidos a partir do accionamento dos instrumentos técnicos concebidos para produzir soluções práticas para os problemas.

4. Comentários Livres

O ensino superior é um sub-sistema do sistema de ensino e interage com todos os outros sistemas sociais. Como tal, reproduz problemas, induz mudanças, influencia e é influenciado pela sociedade no seu conjunto.

Os alunos que chegam ao ensino superior transportam consigo problemas e potencialidades individuais e colectivas.

Os conhecimentos actuais sobre a aprendizagem permitem-nos saber que os seres humanos têm condições para aprender desde que nascem, mas, simultaneamente mostram-nos que as estruturas cognitivas se desenvolvem num diálogo permanente com o meio social e material e que esse mesmo meio pode enriquecer ou empobrecer os seres individualmente.

A aprendizagem é portanto um processo permanente de transições múltiplas entre representações do mundo que temos como adquiridas e que constantemente vamos estabilizando e articulando entre si, para construir as novas representações e eliminar outras.

Assim, não é possível estudar a aprendizagem restringindo-a às situações formais e institucionais de educação ou formação, porque toda a vida é um processo constante de construção de conhecimento.

Mas, sem dúvida, as instituições de ensino como organizadoras de espaços e tempo de formação institucionalizada a quem são afectadas recursos e que geram expectativas a que têm que dar resposta, precisam de repensar o seu papel no processo global de desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos.

Precisam de criar condições favoráveis que permitam a aquisição e a assimilação de novos fenómenos, adquirir, modificar e eliminar as representações do mundo para enriquecer permanentemente as estruturas cognitivas, comportamentais, emotivas e as referências éticas.

Mas as condições favoráveis situam-se também no indivíduo, nas coisas que o rodeiam, no meio social que o envolve e na forma como o envolve, considerando que as situações de aprendizagem são dinâmicas e se integram numa realidade dialéctica:

- São sempre situações parciais porque são uma pequena parte do percurso de aprendizagem, mas fazendo parte desse percurso são também uma totalidade;
- Cada aprendizagem faz-se no momento imediato e actual da situação concreta, mas está carregada de todo o passado e perspectiva-se relativamente a projectos futuros;
- Toda a aprendizagem tem que ser em cada momento, por um lado definitiva, adquirida, estabilizada para permitir a articulação de novas aprendizagens, e será por isso quase sempre provisória.
- Cada indivíduo acede ao saber de uma forma que lhe é própria, construída na sua história pessoal.

Estas situações de aprendizagem que nos propomos desenvolver, mas que basicamente se podem generalizar a todas as formações, devem resultar em saberes de acção.

Podemos identificar o saber da acção, no caso dos assistentes sociais, como um saber da inteligência prevenida, pois transformar a realidade implica agir, tomar decisões mesmo com níveis de incerteza inerentes a toda a acção humana, com variáveis, relações de força que desconhecemos ou desprezamos e que afinal se podem revelar determinantes para influenciar as situações e os seus processos.

Para isso é necessário proporcionar uma formação com espaços de comunicação e difusão de saberes onde se reconheçam as limitações recíprocas dos diversos campos disciplinares, mas simultaneamente, a sua complementaridade, numa realidade que só existe na e pela complexidade, proporcionar o treino de um método de pensamento capaz de seleccionar, identificar e relacionar entre si a diversidade das problemáticas teóricas.

Obter esta forma de pensar complexa, significa ter uma visão dialéctica, aprender a conviver com o contraditório da realidade dos factos, recusar as perspectivas idealizadas, simplistas e de transparência das relações sociais, reconhecer as múltiplas representações que cada actor social transporta para a acção.

Trata-se de desenvolver, de modo permanente e sistemático, a auto-reflexividade criativa em torno das transformações visadas pelo exercício profissional e respectivas estratégias e processos a implementar com vista à produção dessas mesmas transformações. Para conseguir esta formação organizamos duas instâncias nucleares:

- Uma, onde se investe nas sínteses disciplinares complexas, na análise dos processos e dinâmicas sociais estruturais e nos funcionamentos institucionais geradores de contradições, roturas e desigualdades sociais, alguns particularmente graves no que respeita à produção de vulnerabilidade e mesmo de exclusão social;
- Outra, onde se procuram formalizar modelos de intervenção baseados nessas sínteses teóricas capazes de estabelecer uma mediação coerente entre as matrizes teóricas e o fazer quotidiano da prática profissional.

Esta segunda instância de formação é o estágio que permite a experiência directa e o acesso aos materiais brutos da experiência. Constitui-se como um núcleo de direcção teórica e epistemológica do processo de integração de saberes, de aprendizagens teóricas significativas e de transferibilidade dos conhecimentos adquiridos para contextos cognitivos diversos. Partindo do princípio que só se aprende a fazer fazendo, o estágio mostra e explica a necessidade e aplicabilidade do conhecimento teórico por um lado e por outro alimenta a teoria com os saberes da acção.

Mas para que o estágio tenha esse papel determinante na formação é necessário:

- que os contextos institucionais e o trabalho docente permitam fazer da acção e da prática uma oportunidade para o enriquecimento do património experiencial, e não sejam um mero formalismo tradicional, onde os alunos interiorizam como suas, tarefas rotineiras que realizam de forma acrítica;
- que sejam mobilizados para a acção conhecimentos anteriores de forma a reaprender, assimilar, interiorizar e contextualizar;
- que o aluno disponha de esquemas operacionais imediatamente utilizáveis na acção;
- que o aluno desenvolva actividades que proporcionem o exercício dos saberes de acção, assumindo responsabilidade, embora com enquadramento que lhe permita resolver problemas e situações inesperadas;

- que proporcione trocas e comunicações que permitam forjar opiniões, escolher comportamentos, construir saberes de ação necessários ao profissional, e por outro lado, a aquisição de liberdade e autonomia profissional.

5. Conclusões

Quando chegam ao ensino superior os alunos são detentores de estruturas mentais emocionais e afectivas resultado de processos anteriores de socialização vividos na família, nos contextos sócio-históricos e culturais, na escola, nos grupos de pares. A aprendizagem da cidadania como interiorização de direitos e deveres, nomeadamente o direito e dever de participação na vida em sociedade, a construção de identidades positivas, a criação do espírito científico e o domínio de saberes profissionais, exigem:

- processos de selecção de candidatos aos cursos que não comportem apenas o recurso às notas do ensino secundário, mas que se complementem com outras condições transparentes e objectiváveis, que permitam valorizar outras experiências, competências e saberes adquiridas noutras instâncias de socialização, nomeadamente no nosso caso, trabalho comunitário, implicação pessoal em associações e organizações diversas que demonstrem sensibilidade e responsabilidade social;
- processos de ensino/aprendizagem estruturados que articulem contributos teóricos rigorosos multi e interdisciplinares e as experiências práticas;
- espaços de fomento da auto-reflexividade, do desenvolvimento e crescimento pessoal;
- metodologias que suportem o processo de aprendizagem dos alunos e criem condições para a construção de tecnologias de trabalho intelectual, para a autonomia nos processos de aprendizagem e desenvolvimento do espírito científico;
- uma cultura organizacional que permita uma relação pedagógica onde alunos e docentes são considerados como seres humanos na sua globalidade, integrando toda a densidade e dinâmica das suas vidas;

Mas os processos de formação não terminam depois de concluída a formação inicial mesmo quando garante elevada qualidade e boas condições de partida para o exercício profissional. É necessário desenvolver a co-responsabilização entre as instituições de ensino e a comunidade, nomeadamente o mercado de trabalho e associações profissionais

na formação dos futuros profissionais para a permanente adequação da formação inicial, acompanhamento das necessidades de formação contínua dos profissionais, fomento da inovação e construção das disciplinas profissionais. É necessário fomentar a criação de espaços permanentes de debate, de divulgação de experiências, entre profissionais e população que usufrui dos serviços e produtos resultado da actividade profissional. É necessário desenvolver a investigação em estreita ligação com os centros de investigação nacionais e internacionais.

6. Bibliografia

Autès, Michel - (1999) *Les paradoxes du travail social*, Paris, Edições Dunod.

Barbier, René - (1996), *La recherche action*, Paris, Edição Anthropos.

Bernadou, Alain. (1996) " Savoir théorique et savoir pratique. L'exemple médical", in *Savoirs théoriques et savoirs d'action*, Education et Formation, biennales de l'éducation, sous la direction de Jean Marie Barbier, PUF, Paris.

Bourdieu, Pierre (Direction) - 1993 *La misère du monde*, Edition du Seuil, Paris.

Decomps, B et Malglaive G. (1996) "Comment asseoir le concept d'université professionnelle" in *Savoirs théoriques et savoirs d'action*, Education et Formation, biennales de l'éducation, sous la direction de Jean Marie Barbier, PUF, Paris.

Lehmann, Jean Claude (1996) " De la gestion de la complexité à un corpus de "sciences de l' action" in *Savoirs théoriques et savoirs d'action*, Education et Formation, biennales de l'éducation, sous la direction de Jean Marie Barbier, PUF, Paris.

Malglaive, Gérard - (1993 2ª edição) *Ensinar adultos*, Porto Editora.

Tenente-Coronel João Vieira Borges
Academia Militar, Lisboa

1. Valores e atitudes

Os Estabelecimentos Militares de Ensino Superior (EMES) têm como missão fundamental formar quadros que se destinam a SERVIR as Forças Armadas (FA)/GNR e Portugal, e têm especial atenção à formação comportamental, consubstanciada numa sólida educação militar, moral e cívica em todo o processo do “SER Oficial” (como Servidor do Estado, Líder, Douro e Ciente).

Os valores e atitudes, são tidos em consideração em todo o processo de formação, desde os critérios de selecção (onde se incluem provas físicas, médicas, psicotécnicas e militares, para além das tradicionais académicas), a um acompanhamento privilegiado, selectivo e permanente.

Entre os valores e atitudes considerados importantes pelos EMES, alguns fazendo parte do espaço privilegiado das chamadas virtudes militares (cultivadas por algumas Universidades de Excelência estrangeiras) destacam-se:

- a Integridade de Carácter, com rectidão e princípios morais;
- o Patriotismo, com lealdade aos valores, símbolos e valores nacionais;
- a Lealdade, com fidelidade à comunidade, às FA/GNR, a superiores, subordinados e pares
- o Espírito de Sacrifício, com resistência à dor/privação, com autoconfiança;
- a Coragem, com calma e firmeza;
- o Sentido do Dever e da Disciplina, com discernimento e sentido de justiça;
- o Espírito de Corpo, com generosidade;
- a Honra, com confiança e dignidade.

Estes valores e atitudes, consubstanciam uma sólida educação moral e cívica, com consequências positivas em termos do processo de aprendizagem e da consequente valorização da “massa crítica” do corpo de Oficiais, podendo eventuais lacunas, ter repercussões negativas na vida dos próprios subordinados, na missão e prestígio das Forças Armadas e na independência e soberania de um Portugal que se pretende livre e democrático.

A sua adaptação às IES poderá ser feita se for desenvolvido todo um trabalho nacional ao nível da valorização das virtudes cívicas, entre outras acções a desenvolver...

2. Acções a Desenvolver

O período correspondente à frequência dos EMES (cinco a sete anos em regime de internato) é suficiente para desenvolver e fortalecer o carácter, a capacidade de liderança e o espírito de cidadania.

Este “conteúdo curricular”, de difícil avaliação, é valorizado dia a dia, com acções que em parte poderiam ser adaptadas por outras IES, em termos curriculares, a saber:

- a realização de jornadas, seminários e visitas de estudo, cuidadosamente programadas e organizadas por uma nova trilogia “IES - Instituto da Defesa Nacional - Forças Armadas/Protecção Civil”, a institucionalizar por diploma próprio;
- a organização de cadeiras opcionais de “educação para a cidadania” e “estágios de liderança”, devidamente valorizados em termos de unidades de crédito e com saídas profissionais privilegiadas;
- a obrigatoriedade da prática desportiva e o incentivo ao desenvolvimento de campeonatos universitários;

Em termos extra-curriculares, poderiam ainda ter lugar as seguintes acções:

- a criação de uma Comissão de Educação Nacional-Cidadania, com o objectivo de estudar, entre outros aspectos (como a criação de Departamentos de Cidadania), a integração da “educação para a cidadania” em todo o sistema educativo (desde o pré-escolar) e o papel da trilogia “IES-IDN-FA/Protecção Civil”;
- o acompanhamento, com sentido formativo, de todas as acções a desenvolver em crescendo pelos alunos, desde a chefia das turmas, à presidência de associações, passando pela organização (e participação em) de eventos desportivos e culturais;
- o desenvolvimento de acções de formação complementar de professores competentes e motivados;
- a criação de uma “Semana da Cidadania”, altura em que os alunos, a nível regional e local, poderiam desenvolver acções concretas em prol da comunidade, como no apoio a lares, aos Bombeiros, às Forças Armadas, à limpeza de praias e florestas, a sessões de divulgação cultural (nomeadamente de História de Portugal), ao apoio ao “Dia de Portugal” (na organização de um dia que tal como em França se deveria constituir num verdadeiro Dia dos Portugueses), etc..

As qualidades pessoais (Carácter) são nesta fase consolidadas, através de uma vivência de grupo em regime de internato, mas sobretudo com um acompanhamento privilegiado de professores e instrutores.

O desafio ao nível das IES estará na criação de regras objectivas e dissuasoras, e sobretudo nas punições exemplares (caso da expulsão das IES) para aqueles que infringissem, com gravidade (caso dos furtos, ou de violação de jovens...), os valores indispensáveis a futuros quadros responsáveis pela condução do País. Não sendo fundamental formar o “Oficial Cavalheiro” ao nível dos cidadãos em geral, é no entanto imprescindível que os jovens compreendam as regras essenciais de convivência e de respeito.

Por outro lado, para cimentar a Liderança é fundamental o acompanhamento, com pessoal qualificado, de todas as acções que impliquem tomada de decisão, sendo então determinantes os exemplos dos Professores, dos Dirigentes, e a realização de Cursos com uma componente prática significativa. “Ouvir ambos os lados de todas as histórias” ou “Nunca dar ordens que não possam ser executadas”, são regras que se aprendem sobretudo em cursos de liderança ou na organização de eventos, quer através da experiência, quer através de um acompanhamento cuidado de monitores qualificados e com elevado sentido pedagógico.

Se por um lado, nos EMES se formam Líderes e Estudiosos da Guerra que são logo confrontados com a liderança durante o curso, ao nível das IES deveria ser desenvolvido um esforço de aproximação a estas actividades, caso dos Cursos de Liderança realizados por alunos da Universidade do Minho (UM) na Academia Militar (AM). Para o falecido Professor Altamiro Machado, era importante que quem soubesse formar líderes, ensinasse os licenciados da Universidade do Minho, que “só conseguiam comandar um computador”. A solução encontrada numa base de reciprocidade (a UM ministra um curso de Sociedade de Informação a alunos da AM), tem sido um sucesso há mais de 5 anos, com a realização de cursos de liderança para alunos e a partir do próximo ano para professores.

A cidadania, encarada como a participação do indivíduo na vida pública, como sujeito de direitos e deveres, é sobretudo um instrumento para decidir melhor. A assunção de que o pagamento dos impostos constitui um contributo para o bem comum, em especial dos mais necessitados, de que o respeito pela Bandeira Nacional e o Hino Nacional não constitui um acto de nacionalismo impregnado de ideologia, mas de respeito pelos pais e avós que ajudaram a construir Portugal, constituem dois exemplos da sensibilidade desta temática que em primeiro lugar deve cuidar do carácter, com líderes de Excelência.

A consciência de que ser cidadão mundial ou europeu não exclui necessariamente a especificidade de ser cidadão de Portugal, é fundamental no reajustamento dos programas da cidadania, facto que os militares assumem em especial nas missões no estrangeiro, ou quando colocam a vida ao serviço da Nação e dos portugueses em geral.

Pensamos que a integração da cidadania poderá ser feita mais eficazmente com a criação de uma “Comissão de Educação Nacional-Cidadania”, que deverá fazer um novo ponto da situação no sentido de integrar a “educação para a cidadania” em todo o sistema educativo, tendo como instrumento de qualidade a eventual trilogia “IES-IDN-FA/ /Protecção Civil”. Por outro lado, é importante ter em consideração que, ao nível do ensino superior, a cidadania já se constrói na dimensão moral e altruísta, com a necessária compreensão e explicação de todos os aspectos relacionados com a formação cívica.

O aprofundamento desta temática, com a preocupação de utilizar correctamente os novos instrumentos da sociedade da informação, poderá ser feito com a introdução de cadeiras de opção ou mesmo com a criação de cursos de pós-graduação específicos (desde que com saídas profissionais motivadoras).

3. A continuidade da formação

Os EMES encontram na realização de cursos de formação e promoção ao longo da carreira, a necessária troca de informação entre os “académicos” e os “operacionais”, desafio que tem acompanhado as necessidades de formação e amadurecimento profissional pós-graduado. Estas acções de formação, mais trabalhadas por objectivos do que por programas, constituem uma maneira de compatibilizar as capacidades e competências técnicas com o amadurecimento das atitudes e da ética.

A par destas acções, são regularmente efectuados encontros anuais (ou em cada 10/ /15/25 anos) entre os diferentes alunos de um mesmo curso, o que aproxima as pessoas da Instituição, aspecto muito positivo em termos de conhecimento e de valores como a auto-estima, a lealdade, o sentido do dever, etc..

Por outro lado, estas acções valorizam, simultaneamente, a credibilidade das FA/GNR e de Portugal, como Estado Soberano sustentado por verdadeiros “Oficiais de Qualidade e Cidadãos de Excelência”.

4. Conclusões

Independentemente da evolução rápida em termos tecnológicos a que temos assistido, com transformações na nova sociedade de informação, o homem continuará a ser o

elemento fundamental nos diferentes combates, quer em tempo de guerra, quer em tempo de paz.

E para os combates diários do cidadão de excelência, é fundamental que sejam definidos e cultivados os valores fundamentais da república, com acções concretas que poderão passar inclusivamente por uma aprendizagem mútua entre os EMES e as IES (onde aqueles se incluem).

Continuamos a pensar que a valorização do nosso “capital social” passa efectivamente por um investimento no carácter, na liderança e na cidadania. E investir no Ensino Superior de Qualidade, muito para além de investir no Técnico ou no Quadro competente, é investir no Líder Douto e Servidor, no SER Oficial ou Diplomado, é investir no Cidadão de Excelência, no fundo é sustentar uma Sociedade Democrática de referência, com sentido de Futuro.

5. Bibliografia

AAVV, Comprendre La Défense, Economica, Institut des Hautes Études de Défense Nationale, Paris, 2002.

AAVV, DnEnsino, Diário de Noticias, Lisboa, Julho 2003.

Borges, João Vieira, “A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal”, in Revista Militar, nº 2412, Lisboa, Janeiro 2003, 47-79.

Borges, João Vieira, “A educação cívico-militar como consciência da Defesa Nacional”, in Revista de Artilharia, nº 759-760, Lisboa, Nov-Dez 1988, 93-98.

Efflandt, Scott e Reed, Brian, “Formando Estudiosos da Guerra”, in Military Review, 3º Trim 2002.

Fiévet, Gil, Da estratégia militar à estratégia empresarial, Editorial Inquérito, Lisboa, 1992.

Freitas, Rodrigo Viana de, “Como ser um Líder”, in Revista Ideias e Negócios, nº 42, Dezembro 2001.

Fukuyama, Francis, Confiança, Gradiva, Lisboa, 1996.

Henriques, Mendo Castro, e Rodrigues, Arlindo, e Cunha, Filipa e Reis, João, Educação para a Cidadania, Plátano Editora, Lisboa, 2000.

Jesuino, Jorge Correia, Processos de Liderança, Livros Horizonte, 1999, Lisboa.

Macedo, Jorge Braga de, e Maltez, José Adelino, e Henriques, Mendo Castro, Bem Comum dos Portugueses, Vega, Lisboa, 1999.

Nogueira, Conceição e Silva, Isabel, Cidadania; Construção de novas práticas em contexto educativo, Edições Asa, Lisboa, 2001.

Simão, José Veiga, e Santos, Sérgio Machado dos, e Costa, António de Almeida, Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década, Gradiva, Lisboa, 2002.

Vieira, Carlos Manuel Terron da Silva (Tenente-Coronel), Formação Comportamental na Academia Militar - Lição Inaugural do Ano Lectivo 1999-2000, Academia Militar, Lisboa, 2000.

Vieira, Belchior (General), Liderança Militar, Academia Militar, Lisboa, 2002.

Coronel Raul Jorge Laginha Passos
Academia Militar, Lisboa

1. Introdução

De acordo com o calendário escolar da Academia Militar, superiormente aprovado, realiza-se anualmente o juramento de bandeira dos Cadetes que frequentam o 1º ano dos vários cursos do exército e da Guarda Nacional Republicana, constituindo-se como a mais significativa cerimónia militar da nossa academia e cuja responsabilidade de planeamento, organização e execução pertence ao corpo de alunos.

No presente ano lectivo e aproveitando mais uma vez a oportunidade de, na alocução, me poder dirigir a todo o efectivo do corpo de alunos da Academia Militar, abordei, com a brevidade e simplicidade que a situação impunha, uma pequena reflexão sobre os saberes que todos os agentes educativos e formativos que na academia servem, procuram transmitir aos nossos Cadetes.

Considerou o delegado da Academia Militar ao seminário que as palavras então proferidas, se enquadravam no tema “educação da juventude: carácter, liderança e cidadania”, do seminário a realizar no Instituto da Defesa Nacional, por ocasião do bicentenário da fundação do Colégio Militar. Assim, e procurando responder ao desafio que me foi amavelmente colocado, revi e adaptei o texto de molde a poder de algum modo contribuir para os trabalhos do referido evento.

2. O Triângulo do Saber

O contacto com o universo jovem que anualmente ingressa na Academia Militar e o seu acompanhamento ao longo dos dois últimos anos, fruto do cargo que actualmente desempenho, faz-me comprovar que uma das preocupações do nosso tempo, se relaciona com a dificuldade em caracterizar e acompanhar a grande mutação cultural que estamos a viver. Verifica-se, que uma parte substancial da nossa sociedade se julga capaz de sentenciar sobre gravíssimos problemas e que todos aspiram a subir rapidamente na escala social.

Tal facto não seria grave, se não constatasse igualmente que poucos no entanto, se preparam com honestidade para os desafios, aceitando a ascense, quase sempre dolorosa, de

uma aprendizagem demorada e séria que não pode muitas vezes ser levada a cabo senão à custa de renúncias muito pesadas.

O amor da verdade é cada vez mais substituído pela preocupação do útil, o gosto do saber cada vez mais substituído pelo frenesi do êxito.

Chegar depressa - eis hoje o objectivo!

Napoleão referia sobre esta matéria que *“não há maior imoralidade, que alguém desempenhar um cargo que não conhece”*.

Formar um oficial de carreira, é pois um processo rico e complexo, e como tal moroso e dispendioso, mas que pretende proporcionar aos elementos que frequentam qualquer estabelecimento militar de ensino superior uma bagagem científica, técnica e comportamental, de excelência.

Relativamente à vertente da aquisição da competência científica, esta exige aprendizagem, pesquisa e investigação, anos de trabalho infatigável, que face à voragem do tempo parece condenada ao esquecimento. Em consequência, requer energia, tenacidade, um zelo da verdade muito vivo e um acentuado espírito de modéstia, para resistir à sedução, ao brilho e às vantagens da acção imediata - pois tudo é efémero com excepção do conhecimento.

Nesta matéria, tal como noutras, a especificidade da Academia Militar, enquanto Estabelecimento Militar de Ensino Superior Universitário, centra-se no tipo de formação científica de base ministrada aos futuros chefes militares, profissionais da defesa, e da segurança, que deverão culminar a sua formação devidamente preparados psíquica, intelectual e psicologicamente para a função de oficial do Exército e da Guarda Nacional Republicana.

Esta formação, sem finalidade operacional imediata, procura em primeira instância a aprendizagem do racional tático, sensibilizando os Cadetes, para a complexidade da reflexão estratégica, fazendo sentir a necessidade da combinação dos vários ramos, armas e serviços para a conduta da acção militar.

“Saber aprender”, constitui pois o primeiro vértice do triângulo da formação superior militar.

O ensino militar ministrado nesta academia, procurando acompanhar a evolução técnica e científica, de modo metucioso e consistente, adapta-se à realidade social e económica envolventes, ao mesmo tempo que procura ultrapassar as barreiras criadas por diferentes origens, extractos sociais e níveis culturais dos candidatos que anualmente nesta casa ingressam.

Face ao desafio das novas tecnologias, do extraordinário tecnicismo do armamento e métodos da guerra, a componente prática do ensino, destina-se a satisfazer as qualificações profissionais indispensáveis no âmbito de cada uma das armas e serviços.

Tal desiderato só é possível alcançar através da interacção e da troca de experiências como Cadetes e durante o período de formação na Academia Militar, tendo possibilidade de descobrir conceitos, elaborar raciocínios e logicamente retirar conclusões pertinentes, procurando criar uma forte coesão no grupo a que pertencem e satisfazendo as necessidades de reconhecimento, pertença e auto-estima.

Temos que acreditar em nós próprios, e tal só será possível através do desenvolvimento da autonomia, estimulando o sentido das responsabilidades, e expandindo a capacidade de adaptação, de decisão para poder vir a agir e comandar no futuro, com naturalidade.

Pretendemos através da aplicação prática de conhecimentos, que todos os nossos Cadetes fiquem habilitados a saber fazer, mas fazer com saber, atingindo maior eficácia, na medida em que os conhecimentos serão legitimados por eles próprios. O trabalho de cada um, alicerça-se e completa-se sempre no trabalho de todos os outros, nenhum realizando uma obra sua, mas simplesmente um aspecto da obra global.

Será pois "*saber fazer*", o segundo vértice do saber ministrado na Academia Militar.

A formação comportamental ministrada, continua a ser preocupação fundamental do comando da Academia Militar e tem por finalidade, alcançar uma objectiva compreensão dos valores culturais e patrióticos que consubstanciam a Instituição Militar.

Medite-se um pouco na quantidade de sentimentos, de virtudes elevadíssimas, de golpes de génio, de energia vital que é preciso para pôr de pé uma boa Instituição Militar e como esta ainda hoje, se constitui como santuário de alguns dos maiores valores morais por que um homem se pode apaixonar na vida.

Formar um oficial é pois também, e antes de mais, inculcir-lhe uma fé e um empenhamento.

Para alcançarmos tal objectivo, junto dos Cadetes procuramos incessantemente e em todos os actos académicos, curriculares, formais e informais, forjar o carácter, desenvolver a força moral, o sentido do dever, da honra e da lealdade, cultivando a ordem e a disciplina, bem como as qualidades de liderança, através de experiências pedagógicas, veiculadas por quadros militares e civis de elevada competência e que se constituem como referências éticas e comportamentais sólidas e exemplares.

No final da formação na Academia Militar, já como jovens oficiais, devem sentir-se integrados no seio da Instituição Militar, sendo possuidores de um referencial ético e comportamental específico, que aliados a um elevado sentido cívico, permitirão que

venham a desempenhar na plenitude a função de chefe militar e a de servidor do estado no seio da nação.

O desenvolvimento da sua autonomia, a par de um elevado sentido de responsabilidade, permitirá estimular as suas capacidades de adaptação e de decisão, de modo a que possam vir a agir, decidir e comandar de acordo com a ética e o quadro legal.

3. Conclusões

Saber aprender, saber fazer e, por último, "saber estar", eis pois os vértices que constituem o triângulo do saber, que todos procuramos transmitir, ao longo do processo formativo e educativo.

Aqui reside a magia de transformar um Corpo de Alunos da Academia Militar, num Corpo de Oficiais de excelência, para que servindo no Exército e na Guarda Nacional Republicana, sejam *na paz persuasivos e na guerra vencedores*.

Cadete Silvio Edgar Assis Fernandes
Academia Militar, Lisboa

1. Introdução

Incentivados, pelo nosso Professor de Estratégia, a participarmos neste seminário com a nossa modesta opinião, esperamos que o testemunho de cerca de três anos como alunos da Academia Militar possa dar os seus frutos, independentemente da ausência de resposta a todas as questões colocadas neste painel do Ensino Superior.

Se alguns aspectos que identificamos como positivos ao nível do carácter, da liderança e da cidadania necessários aos jovens cadetes, forem considerados positivos para a necessária adaptação no ensino superior em geral, é um sinal claro de que atingimos os nossos objectivos.

2. O Carácter

Desde os primórdios que a nossa sociedade muda a cada dia que passa. As mudanças são várias e nas mais diferentes áreas. A componente social da nossa existência não constitui excepção. Contudo, este é um campo algo delicado, na medida em que, à mudança nem sempre está associada uma evolução positiva, mas sim, em certos casos, a negligência de certos valores fundamentais. Trata-se de um debate intemporal, se assim se pode dizer.

O Homem é um ser eminentemente social. Esta faceta teve um papel fundamental na evolução da espécie humana e mantém, actualmente, uma acção balizadora ao nível do comportamento. Um dos parâmetros que caracterizam o comportamento humano é o designado carácter.

E o que é o carácter? Socorrendo-nos da definição enciclopédica, o carácter pode ser sucintamente definido como o conjunto de factores que condicionam, desde o início, em cada indivíduo, os processos de adaptação ao mundo exterior e a si próprio. O conceito compreende simultaneamente um conjunto de disposições inatas e adquiridas, dependendo por isso de factores intersubjectivos e ambientais, por outras palavras, e usando um termo essencialmente matemático, é função do indivíduo em si e da sua vivência no meio social em que se insere. Fugindo um pouco da definição, algo teórica, na prática,

ou se tem carácter ou não se tem. O carácter que está associado à probidade, compreende uma postura norteada por valores como a lealdade, honra, honestidade, etc.

As Instituições Militares, como organizações, são constituídas por pessoas. Estas interagem de uma forma constante, face às características das actividades desenvolvidas pelas Instituições Militares. Assim, «a atitude pessoal, a postura institucional, a partilha de valores e a comunhão de objectivos pelos seus membros, constituem-se como factores de coesão imprescindíveis à profissão e condição militares» [Videira, 2000]¹. Particularizando o caso do Exército, mais especialmente a Academia Militar, estamos perante uma instituição que se pauta por uma forte identidade, e que se baseia em altos padrões de exigência. Se é verdade que certos indivíduos são mais influenciáveis que outros, também o é, que certos ambientes têm uma maior preponderância.

Retomando o exemplo anteriormente mencionado, a Academia Militar, pelas suas características muito peculiares, apresenta-se como uma escola de formação por excelência, estimulando o desenvolvimento dos atributos de carácter nos alunos. O regime de internato vigente, nos quatro primeiros anos dos diversos cursos, dá azo a uma interiorização profunda dos valores que regem a vida militar, o que se reflecte em termos de formação do carácter. Para isso contribui igualmente, o ensino de tradições e rituais, que têm como pedras basilares os conceitos de justiça, disciplina e honra.

Posto isto, é interessante constatar o que Aristóteles pensava sobre o carácter: “O nosso carácter é o resultado da nossa conduta”.

A vivência na Academia Militar consubstancia plenamente esta afirmação, ao caracterizar-se por um processo de formação e socialização prolongado e contínuo, baseado na prática constante das virtudes militares, o qual motiva o desenvolvimento do carácter dos indivíduos. O exemplo da Academia Militar, apesar de pouco significativo em termos numéricos (cerca de 500 alunos), espelha, todavia, a influência positiva do Ensino Superior Militar, designadamente em termos de carácter.

3. A Liderança

Há quem diga que a Liderança é algo inato ao ser humano, ou seja, é uma característica intrínseca que um indivíduo pode ou não possuir. Para uns é algo que se vai desenvol-

¹ TCor Carlos Manuel Terron da Silva Videira, in Formação Comportamental na Academia Militar - Lição Inaugural do Ano Lectivo 1999-2000, 2000, p. 4.

vendo com o decorrer de novas experiências durante o percurso das nossas vidas o que implica que todo o indivíduo tenha capacidade de Liderança. De acordo com a primeira opinião, o indivíduo que nasce com essa capacidade terá muito mais probabilidade de ser um bom líder e de chefiar melhor do que um indivíduo que tente desenvolver a mesma ao longo da sua vida.

As páginas brilhantes da História de Portugal construíram-se com líderes portugueses que continuam a constituir a base da sociedade e com a qual os jovens de hoje tomam como referência.

De Afonso Henriques a Cavaco Silva, são várias as personalidades que nos são transmitidas como exemplo na Academia Militar. Temos desenvolvido esta característica ao mais alto nível, tanto no âmbito comportamental, exercícios militares, como ao nível académico (cadeiras de comportamento organizacional, liderança e chefia, etc).

Para se criar um espírito de liderança é necessário querer comandar em vez de mandar, ou seja, ser um indivíduo ao qual ninguém tenha nada a apontar, para ser respeitado e visto como um exemplo a seguir, capaz de orientar os seus homens. É preciso saber fazer e saber estar, para desenvolver tal característica.

Como Montesquieu afirmou "Se se quiser fazer grandes coisas, é indispensável colocar-se no meio dos homens e não acima deles."

Durante o percurso na Academia Militar são-nos criadas situações em que somos postos à prova, de forma a adquirir as competências de um líder, tais como: a comunicação, a supervisão, o ensino e o conselho, o desenvolvimento do espírito de equipa, a proficiência técnica e tática, a tomada de decisão, o planeamento, o uso dos sistemas disponíveis e a ética profissional. Em todas as situações, quem assume posições de comando desenvolve simultaneamente o seu espírito de liderança, revelando, desenvolvendo e criando condições para um empenhamento a nível individual elevado, com vista ao cumprimento das finalidades que lhe são impostas, canalizando aos restantes confiança, força e vontade de continuar.

"O Líder tem que ter um conhecimento honesto de si próprio: do que é, do que sabe e do que pode fazer; das suas capacidades e limitações. Só assim poderá controlar-se, disciplinar-se e liderar os seus subordinados eficientemente.

O Líder deve assegurar, em permanência, que cada um dos subordinados é tratado com dignidade e respeito." [Vieira, 2002]

4. A Cidadania

Tudo se transforma. E o tempo transformou a sociedade de tal forma que talvez ela própria já não se reconheça. Os valores defendidos pela nova geração seriam certamente designados de indefensáveis há menos de um século atrás. O sentimento da unidade não é tão forte, dissipado na cidadania inerente às Organizações Internacionais que, cada vez mais, gerem as nossas vidas. Perdeu-se o egocentrismo histórico, abarcando a nova mentalidade um reforçado sentido da comunidade internacional. Se para os grandes senhores feudais nada existia para além das suas propriedades, sobre as quais recolhiam o soldo e toda a sua riqueza, hoje em dia existe a consciência de todo um universo exterior ao qual todos pertencemos.

Infelizmente, esta cidadania europeia e global, apesar de alguns esforços, tem sido descurada ao nível do ensino secundário e mesmo superior.

Contudo, a generalidade do ensino superior militar tem sido alvo de reformas no sentido de uma maior identificação com a missão das Forças Armadas, e com os diferentes actores das relações internacionais como as Organizações Internacionais, etc..

Para que possamos entender a cidadania como valor de integração numa sociedade, conscientes dos nossos direitos e deveres, temos de estudar e de viver o dia a dia, na prática, compreender a sociedade em que nos integramos, e na qual nos podemos apoiar. Contudo, a falta de acompanhamento do ensino secundário no que respeita a esta temática, causa na entrada para os cursos militares um choque generalizado ao confrontar os jovens cadetes com assuntos pouco desenvolvidos no exterior e na prática com a ausência de conhecimentos sobre o seu estatuto de cidadão.

Ainda assim, e apesar de poucos jovens saberem o Hino Nacional ou mesmo o significado da simbologia da Bandeira Nacional, qualquer um está pronto a marchar triunfante numa manifestação anti-globalização, anti-aborto, pró-independência, etc..

O lendário choque de valores entre as sucessivas gerações toma hoje em dia dimensões novas, levando os jovens a aceitar-se como parte de um todo global, abrindo caminho à cidadania.

O ensino superior militar, pela necessidade de que os membros dos seus quadros compreendam a envolvente internacional em que se inserem, há já muito que revolucionou os seus cursos, oferecendo aos seus alunos uma maior percepção deste ambiente ainda desconhecido, e quem sabe o próprio futuro do ensino superior em geral não passe talvez por aqui: a integração do ensino das ciências político-sociais, com vista à melhor compreensão da nossa posição como cidadãos de Portugal, da Europa, do Mundo.

5. Conclusões

Depois de um percurso semelhante aos quase 400 mil alunos que frequentam o Ensino Superior em Portugal, constatámos que o Ensino Superior Militar nos dá todas as condições para que venhamos a ser Oficiais com carácter, capacidade de liderança e espírito de cidadania.

No entanto, assumimos que as lacunas do secundário são consideráveis mas compensáveis pelo esforço desenvolvido por todos os actores do sistema educativo na Academia Militar para que sejamos no futuro próximo os Capitães de Camões “Fortes, Doutos e Cientes”.

6. Bibliografia

Vieira, Carlos Manuel Terron da Silva (Tenente-Coronel), Formação Comportamental na Academia Militar - Lição Inaugural do Ano Lectivo 1999-2000, Academia Militar, Lisboa, 2000.

Vieira, Belchior (General), Liderança Militar, Academia Militar, Lisboa, 2002.

Cap. Tenente Dr. Rui Carrilho
2ª Tenente Dr.ª Inês Novais
Escola Naval, Almada

1. Comentários Livres

Tanto a missão como os objectivos das instituições de Ensino Superior estão, ou deveriam estar, cada vez mais, associadas às missões e objectivos das organizações que se encontram a jusante. Este é o primeiro passo para a identificação e estabelecimento dos valores e atitudes de uma instituição de Ensino Superior. Necessariamente seguir-se-á o desenvolvimento de estudos, com um carácter científico, e na área das ciências sociais e humanas, igualmente a jusante da Universidade. Este processo tem sido desenvolvido na Escola Naval, reflectindo os princípios ideológicos da Marinha, desde a escolha dos candidatos que apresentam melhor perfil, não só cognitivo, mas também a nível da sua personalidade (carácter, valores e atitudes apresentadas), para que se possa garantir, dentro de algumas limitações, a escolha dos mais adaptados para desempenharem as funções de Oficiais da Armada. Os estudos desenvolvidos no passado revelam a necessidade de identificar e desenvolver comportamentos de liderança, criatividade, dinamização de grupos, valores como a realização, relações sociais e interacção social.

No que se refere às práticas a promover para o fortalecimento do carácter, liderança e espírito de cidadania poderemos avançar com o exemplo dos procedimentos adoptados pela Escola Naval na disciplina de Comportamento Organizacional, cuja finalidade é a de desenvolver nos alunos uma melhor compreensão do comportamento humano e das organizações, conhecendo as suas Culturas e estruturas, fornecendo modelos de apoio de intervenção aos vários níveis das organizações, de forma a usarem esse conhecimento para ajudarem as pessoas e consequentemente as organizações a conseguirem um melhor desempenho, satisfação e eficácia nos diferentes contextos organizacionais da Marinha. É prática o uso de exercícios de *role-playing*, discussão de filmes e dos resultados de questionários de auto-avaliação. Também na disciplina de Noções Fundamentais de Direito os alunos estudam e discutem as fontes de Direito fundamentais numa sociedade moderna. Existem também, várias actividades extracurriculares que têm o objectivo de promover as suas capacidades de liderança, dinamização de grupos, tomada de decisão; as relações sociais, o espírito de grupo e fortalecer o seu carácter: exercícios de campo e embarques em navios da Marinha Portuguesa.

A ligação entre as Instituições de ensino universitário e as organizações ou empresas não termina com a licenciatura. De facto, a dinâmica da sociedade e as exigências das organizações constituem uma oportunidade para a formação e amadurecimento profissional pós-graduado. Para isso, uma monitorização das organizações e da sua dependência da sociedade (ou *vice-versa*) a partir de sucessivas investigações científicas dará um novo sentido às missões e objectivos das Instituições de ensino Universitário. Caber-lhe-á, também, encontrar um modelo de Cultura que capte, selecione, valorize e reforce aqueles que consigam conciliar as capacidades e competências técnicas com o amadurecimento das atitudes e da ética.

Cadete Médico Naval Caixeiro da Cunha
Cadete Médico Naval Guedes Teixeira
Cadete Médico Naval Pinho Moreira
Cadete Médico Naval Porfírio Costa
Escola Naval, Almada

1. Introdução

Este trabalho, abordando o ensino superior, tem como objectivo elucidar os seus leitores para a importância de determinados valores durante a nossa formação e futura aplicação dos conhecimentos aí adquiridos.

Partindo do pressuposto de que vivemos em sociedade, relacionamo-nos com diferentes grupos de indivíduos, mas temos uma personalidade única que se encontra em constante transformação. Neste trabalho iremos abordar os valores que, na nossa particular situação, se tornam fulcrais.

A nossa formação, não passa só por uma instituição universitária ou politécnica, como seria de esperar, mas sim por duas: a Escola Naval (EN) e a Faculdade de Medicina de Lisboa (FML). À partida, para quem está de fora poderá não parecer muito relevante este ponto, mas para nós que o vivemos, é-nos possível afirmar que desde o início fomos e seremos sempre diferentes dos nossos colegas da Faculdade de Medicina de Lisboa e camaradas da Escola Naval.

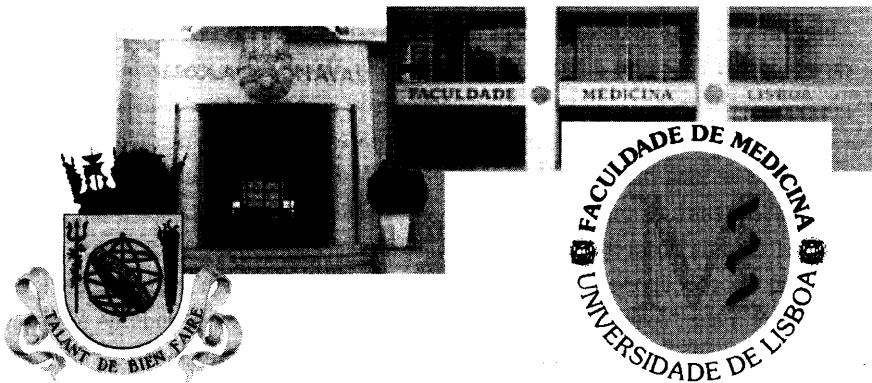


Fig. 1 - Símbolos e fachadas da Escola Naval e da Faculdade de Medicina de Lisboa.

São estas diferenças e influências de formação, adquiridas em ambas as instituições que pretendemos expor neste trabalho. É o facto da conjugação dos valores aprendidos nas duas instituições e a forma como esta nos caracteriza que iremos abordar nas próximas páginas.

Consideramos que o nosso carácter, personalidade e atitude é a junção “do melhor” que cada uma das instituições nos oferece.

2. Pergunta 1

A entrada no ensino universitário e politécnico representa para todos nós um marco que é caracterizado pela aplicação, reestruturação e em situações mais extremas, um conflito no nosso próprio sistema de valores.

Consideramos então como principais valores e atitudes: a responsabilidade, o interesse, a força de vontade, a disciplina, a dedicação e a autonomia.

Uma vez que esta etapa coincide muitas vezes com o aumento da independência, torna-se fulcral que a pessoa assuma uma atitude responsável e autónoma. Agora, somos nós que decidimos o que fazemos, quando e como. Mas todo este aumento de liberdade deverá ser conjugado com uma disciplina intrínseca, na maior parte da vezes.

A dedicação, força de vontade e interesse por todo um conjunto de conhecimentos que nos são ministrados neste tipo de ensino, assume um importante papel, dado que neste tipo de sistema o aluno para conseguir ser bem sucedido tem que se tornar activo em toda a sua formação.

Na nossa situação (cadetes médicos navais) reveste-se de particular interesse e relevo, a camaradagem e espírito de entreajuda. Na Escola Naval a camaradagem é um valor explicado, incentivado, sublinhado e treinado desde a entrada para aquela instituição. Na Faculdade de Medicina de Lisboa este espírito existente entre os cadetes médicos navais, torna-se uma mais-valia, verificando-se não só entre os cadetes do mesmo ano como também entre os cadetes dos outros anos. Este aspecto facilita-nos o longo e sinuoso percurso da nossa formação médico-militar.

Apesar de não apresentar alguns destes valores, qualquer indivíduo poderá ver acrescentado à sua “coleção de valores” estes mesmos, durante o período de formação superior. Se tal não ocorrer, estaremos certamente num caso grave, onde os indivíduos formados apresentarão características indesejáveis e que em nada se coadunam com a sua profissão.

3. Pergunta 2

As instituições universitárias e politécnicas, para além de se dedicarem à formação de adultos com conhecimentos teórico-práticos nos respectivos cursos, deveriam promover actividades que possibilitariam uma educação/instrução para os alunos a nível pessoal, de modo a que, através desta aprendizagem possam exercer mais correctamente as suas profissões. Isto é, não apenas promover a formação de “máquinas trabalhadoras”, capazes de exercer a sua função correctamente, mas também de uma pessoa com capacidade de liderança e espírito de solidariedade, visto serem qualidades benéficas para qualquer tipo de profissão, permitindo deste modo um futuro mais risonho.

Quando se tratam de instituições académicas do ensino superior associa-se de imediato aulas e trabalhos para os frequentadores, o que não deixa de ser verdade. No entanto, dever-se-ia promover actividades que desenvolvessem as qualidades pessoais e interpessoais dos estudantes, pela introdução de novas práticas curriculares e extracurriculares. Para tal, e falando a nível curricular, se adicionassem práticas como visitas a escolas, departamentos de bombeiros, esquadras de polícia, Assembleia da República e futuros locais de trabalho de cada curso, estar-se-ia a promover o desenvolvimento do carácter. Estas actividades teriam um efeito psicológico visível, estimulando os estudantes para uma melhor compreensão e enquadramento do mundo em redor. Ainda a nível curricular, poderia ser proposto aos alunos que apresentassem ideias de como o respectivo curso poderá melhorar alguns aspectos das instituições visitadas. Deste modo, estar-se-ia a estimular o espírito crítico e de cidadania, estando os indivíduos a utilizar os seus conhecimentos em novas perspectivas e horizontes, e em áreas onde poderiam ser extremamente preciosos.

Em relação a práticas extracurriculares que poderiam promover a capacidade de liderança dos estudantes pensámos em encontros inter-universidades. Estas actividades seriam como um cenário hipotético através da criação de uma pequena organização onde se teriam que cumprir tarefas, que para serem bem sucedidas teriam de ser bem lideradas. Deste modo estar-se-ia a confrontar os estudantes para o que irão enfrentar enquanto licenciados.

Este conjunto de medidas desenvolveriam qualidades pessoais nos estudantes, possibilitando uma importante aprendizagem para o sucesso das suas futuras vidas profissionais.

4. Pergunta 3

A formação e amadurecimento profissional pós-graduado de um recém licenciado é algo que não deve ser negligenciado pela instituição de ensino universitário e politécnico, que o preparou academicamente para enfrentar a sua vida activa. Sendo necessário encarar este assunto como parte integrante da própria formação em si, de maneira a que o indivíduo não sofra uma estagnação profissional e pelo contrário, seja capaz de responder às necessidades de uma sociedade que muda e/ou evolui a um ritmo frenético. Assim sendo, impõe-se claramente a existência de estratégias que sirvam para encarar estes desafios de forma a não descuidar esta dimensão da aprendizagem de um aluno do Ensino Superior.

Antes de mais tem de ser a própria instituição e os órgãos que a regem a tomar consciência da mutação constante das necessidades da sociedade, e a tomar medidas para colmatar quaisquer falhas que daí possam advir. Deve, dessa forma, sensibilizar os seus alunos para uma formação que tenha lugar durante toda a sua vida profissional.

Como é que a instituição o pode fazer? Falando de uma maneira mais concreta, as instituições devem prestar um apoio constante aos alunos neste campo, entusiasma-los e impeli-los a irem sempre mais além do que os objectivos que lhes são propostos atingir. Isto pode ser feito através de várias maneiras: acções de formação, proporcionar-lhes um contacto mais directo com a profissão que irão desempenhar no futuro e demonstrar-lhes alguns exemplos práticos de como podem eles mesmo evoluir na carreira profissional, demonstrando-lhes não só o trabalho que terão de desenvolver mas também os dividendos resultantes.

Outra das questões pertinentes que se colocam na vida “pós-licenciado” de um indivíduo prende-se em conseguir que este conjugue os conhecimentos que adquiriu na instituição que o formou com o amadurecimento das atitudes e da ética. Em relação a este ponto, podemos dar o exemplo específico da nossa formação enquanto alunos da Faculdade de Medicina de Lisboa e Cadetes da Escola Naval, onde existe, tanto numa como noutra, cadeiras que fazem parte do próprio programa de ensino e que nos ajudam a enfrentar esta situação.

Na Faculdade de Medicina temos a cadeira de Introdução à Medicina que nos alerta exactamente para assuntos tais como ética profissional e relação médico-doente, abordando a carreira de medicina segundo uma dimensão mais humana. No caso de cadetes da Escola Naval, a disciplina de Comportamento Organizacional, ao abordar assuntos tais como Liderança, Cultura Organizacional, Tomada de Decisão, Assertividade, Poder

e Autoridade, Dinâmica de Grupos, etc., prepara-nos também para aplicar e conjugar de uma forma correcta toda a bagagem técnica adquirida durante a nossa formação académica.

5. Comentário Livre

A nossa formação apresenta duas vertentes, a militar e a médica, que acabam por inevitavelmente se complementarem.

Da nossa formação militar podemos mencionar inúmeros benefícios, como o aumento da nossa autodisciplina, crucial para que consigamos conjugar as duas formações e rentabilizar o nosso tempo; o aumento dos nossos conhecimentos e experiências, que para a maioria dos nossos colegas médicos serão dificilmente sentidos ou aprendidos alguma vez.

O facto de existir um sistema de internato implementado na Escola Naval, torna possível o desenvolvimento de valores como a camaradagem, disciplina e tolerância, entre outros que contribuem para uma melhoria significativa do nosso carácter e espírito de cidadania. Se pensarmos que no primeiro ano nos encontramos em camaratas de 8 a 12 cadetes é fácil perceber quão importante é o desenvolvimento de valores como a tolerância, o respeito pelos outros com o necessário retorno e, ainda, a valorização da diferença para que tudo resulte da melhor maneira.

À própria natureza militar está intrínseca a hierarquia e a liderança pelo que muitas vezes somos deparados com situações e exercícios militares, nos quais temos de desempenhar papéis de líder.

Se pensarmos que, tanto como oficiais, como médicos, teremos a nosso cargo outras pessoas, compreendemos facilmente a importância destes “treinos”, como também de disciplinas como Comportamento Organizacional, onde nos são ministrados temas como assertividade, métodos e técnicas de Liderança, Condução de Debates, Gestão de Conflitos, etc. Nesta cadeira o método de ensino (seguido pelo docente) reveste-se de particular importância. Após a apresentação oral e teórica dos conhecimentos é-nos apresentado um filme com a respectiva aplicação prática desses mesmos e, ainda, o desenvolvimento de exercícios de *role playing*. São método muito interessantes, pois fazemos perceber melhor os conteúdos, perceber a sua aplicação, facilitando muito a sua memorização.

Quanto à formação médica, acabamos por receber no primeiro ano “um largo leque” de oportunidades para desenvolvermos a vertente humana. É-nos possível através da disciplina de Introdução à Medicina, realizar uma série de actividades, tais como estágios

em centros de saúde, lares, creches, centros prisionais, debates sobre a importância da comunicação e relação médico-doente e do respeito para com as diferenças das pessoas, tudo isto com intuito do brotar em nós valores e atitudes que se consideram indissociáveis da profissão médica.

É pois fácil de compreender a complementaridade e as semelhanças existentes entre o curso que nos prepara como oficiais da Marinha e aquele que nos irá tornar aptos a tratar diariamente de pessoas e dos seus problemas, daí que, em ambos os cursos exista um ponto fulcral, nomeadamente o contacto diário com pessoas e a gestão de uma panóplia de recursos humanos que são colocados ao nosso dispor!

Assim sendo, torna-se claramente visível que não só a formação académica baseada unicamente em conhecimentos teóricos proporcionados pelo curso é importante. Em diversas situações verificamos que esses mesmos conhecimentos passam para um plano secundário e tem de vir ao de cima outras capacidades, tais como a capacidade de liderança – já mencionada previamente – a capacidade de discernimento rápido, quando nos deparamos com uma situação mais complicada e de elevado *stress*. Mas acima de tudo compreender as pessoas, quais as suas necessidades, e tentar dominar a técnica de nos pormos no lugar delas para assim conseguirmos ter uma visão mais ampla e profunda do seu problema.

Daí nós afirmarmos que, além de existirem semelhanças entre um curso leccionado na Faculdade de Medicina e um curso leccionado na Escola Naval, ambos se complementam na medida em que as disciplinas e as actividades desenvolvidas na Escola Naval nos permitem melhorar o nosso contacto com as pessoas que se irá revelar de uma importância fundamental na nossa futura profissão em que o objectivo é precisamente cuidar de pessoas.

Um exemplo prático do exposto, é a situação que estamos a viver no preciso momento: um embarque de navio!

Um navio é um excelente “tubo de ensaio” para um médico/oficial ou futuro médico/oficial testar as suas capacidades no que toca ao relacionamento humano, tenham elas que ver com a nossa capacidade de liderança, com valores, com ética ou com qualquer outro dos pontos previamente referido neste trabalho. Pode-se considerar um navio um excelente “tubo de ensaio”, dado que se assemelha a uma pequena cidade onde existe todo o tipo de profissões e de funções, bem como todo o tipo de pessoas, com uma grande diferença, que consiste em todos saberem qual é a sua função e que todas as funções aqui desempenhadas são de uma extrema importância e cruciais para o bem estar e sobrevivência de todos.

Aqui, mais do que em qualquer outro lado é importante não só ter em conta, mas também fazer uso de conceitos, valores e de uma ética que envolvam o relacionamento com os outros! Este contexto ocupa uma posição cimeira no que diz respeito a relações humanas dado elas se desenvolverem num ambiente tão fechado e isolado como este! Num navio tem que reinar o bom ambiente; sendo este no final de contas um ambiente fechado, no qual temos de conviver 24 sobre 24 horas com as mesmas pessoas. Temos constantemente que apelar a muitos valores que em qualquer outro contexto não tem qualquer utilidade. Aqui não há hipótese de “virarmos as costas”, o problema tem que ser encarado e resolvido o mais rapidamente possível para que tudo prossiga da melhor maneira. Daí afirmarmos que esta é mais uma das óptimas actividades que a Escola Naval nos proporciona para o amadurecimento do nosso carácter e do nosso relacionamento com os outros.

Apesar de todos os sacrifícios que temos de realizar dada a duplicidade da nossa vida enquanto estudantes de Medicina e cadetes da Escola Naval - sendo estas duas realidades tão diferentes - cremos que estamos numa situação privilegiada em relação aos nossos colegas médicos. A formação que nos é ministrada na Escola Naval serve, e de que maneira, para que consigamos aplicar de uma forma correcta, e otimizar todas as competências técnicas que nos foram dadas na Faculdade de Medicina.

Uma coisa que nunca nos podemos esquecer é que na Faculdade de Medicina, é-nos ensinado uma enorme quantidade de procedimentos a tomar em determinadas situações, partindo do princípio que nos encontramos em determinadas realidades, como hospitais, clínicas e consultórios, e com um mínimo de material necessário. Para a Marinha e para nós médicos navais isto não chega. A nossa posição muitas vezes coloca-nos em contextos demasiado diferentes dum hospital, como num navio, no qual escasseiam recursos ou onde a simples “ondulação” impossibilita qualquer acto médico mais complexo, ou mesmo num ambiente de guerra. É essa diferença que queremos que se perceba, é o facto de termos que usar valores e revelar atitudes bem diferentes devido às circunstâncias em que nos encontramos. É para isso que a Escola Naval nos prepara, é para isso que servem as inúmeras provas que temos que dar constantemente. Claro que a nossa função será sempre, à partida, tratar pessoas, mas todo o contexto que nos rodeia também será sempre diferente, mas para nós é o nosso e é nele que vamos trabalhar.

Sendo assim, através da relação recíproca entre estas duas realidades, tentamos levar a cabo o lema pela qual se rege a nossa carreira: “*Talant de bien faire*”.

6. Conclusão

Cada vez mais cedo colocamos os nossos filhos nas escolas e creches e cada vez mais tarde é concluída a sua formação. Na maioria das vezes, a formação ética e social acaba por ser negligenciada pelos nossos pais, de tal forma que cabe às instituições escolares o seu ensino.

O papel/função do estabelecimento de ensino superior revela-se crucial ao verificarmos que esses mesmos discentes de hoje, serão os docentes de amanhã. Assim sendo, os discentes préuniversitários deverão apresentar valores como responsabilidade, interesse, força de vontade, dedicação, disciplina, autonomia e espírito de entajuda/camara-dagem.

Na falta de algum/alguns destes valores, deverá ser da faculdade a responsabilidade de incuti-los nos futuros profissionais. Deverão ser proporcionados aos alunos certas actividades curriculares e extracurriculares para o fortalecimento de características como carácter, liderança e espírito de cidadania.

Inerente à condição humana, está a evolução e a mudança de toda uma sociedade em que estamos inseridos, pelo que deverá ser também da responsabilidade das faculdades o desenvolvimento de certas actividades, palestras e debates, sempre no âmbito de uma formação, actualização e renovação constantes.

Para além de tudo isto, não nós podemos esquecer que a situação particular de cada um de nós enquanto estudantes do ensino superior, vai desempenhar sempre um papel fundamental.

7. Bibliografia

- Hofstede, Geert, "Culturas e organizações", Lisboa, Edições Sílabo, 1997.
- Luthans, Fred, "Organizational Behavior", 7ª Ed., New York, McGraw-Hill, 1995.
- Magalhães, A., "Enciclopédia Brasileira Globo", 15ª Ed., Porto Alegre, [s.n.], 1977.
- Mitchell, T. R., Larson, J. R., "People in Organizations", 3ª Ed., New York, McGraw-Hill, 1987.
- Stoner, J. A., Freeman, R. E., "Administração", 5ª Ed., Rio de Janeiro, Prentice Hall do Brasil, 1985.

Bruno de Noronha Gomes
Estudante, Lisboa

1. Introdução

O Ensino Superior, enquanto parte do processo contínuo de educação de um indivíduo, reúne as condições ideais para uma participação cívica activa e autónoma por parte dos estudantes. Quer sejam os jovens adultos que começam a desempenhar e a afirmar o seu papel e lugar na sociedade ou os adultos que recorrem ao Ensino Superior como forma de reforçarem a sua formação e estatuto social, todos eles deveriam ter a oportunidade de desenvolver uma maior consciência crítica acerca do mundo que os rodeia.

Ele assume-se como uma componente do processo educativo caracterizada pelas suas componentes escolar, comunitária e ecossistémica. É na pluralidade das relações, regras, oportunidades e desafios que constituem este espaço de aprendizagem que os indivíduos deveriam poder desempenhar actividades que implicassem o trabalho em equipa, a co-responsabilização e a consciência e responsabilidade sociais.

À maior independência que os jovens adquirem nesta fase deveria estar associada uma maior responsabilidade no campo individual e colectivo, ou seja, devia ser promovida a educação para a cidadania de maneira a contrabalançar o aumento de liberdade e a enquadrar as novas oportunidades.

Quaisquer que sejam as funções que os estudantes venham a desempenhar enquanto profissionais certamente implicarão relações humanas de ordem e natureza variadas. Torna-se vital, portanto, desenvolver neles uma consciência social e colectiva sustentada num carácter sólido e responsável.

Afigura-se nos dias de hoje como imperativo para Portugal formar quadros superiores tecnicamente, cientificamente e humanamente competentes se quisermos que a nossa população activa se afirme pela qualidade numa sociedade orientada pela economia do conhecimento.

2. Sessão V - Questão 1

Identifique os principais valores e atitudes que os alunos devem evidenciar à entrada do ensino universitário e politécnico para o que considera ser a missão das instituições de ensino

superior. Porquê a sua importância e de que forma eventuais lacunas condicionam o sucesso dessa missão?

O processo de globalização e os meios pelos quais este se realiza, bem como as mudanças por ele induzidas, exigem uma adaptação por parte do Ensino Superior que se substancie na formação dos seus estudantes. Intrínseca a esta adaptação deverão estar sempre as vertentes humanista, tecnológica, científica, técnica, cultural, artística e filosófica que se constituem como os pilares deste sub-sistema de Ensino.

Os valores e atitudes são determinados pela educação que cada indivíduo tem e procura, entendendo-se aqui educação em todas as suas vertentes (escolar, comunitária e ecossistémica). Como diz Reimão (2000) "a educação é, na verdade, um processo de identificação interiorizante a realizar pelo educando, numa busca contínua de auto-estima pessoal, afirmada a partir da dialéctica estabelecida entre o seu eu actual e o seu eu ideal."

Atitudes como a persistência, a responsabilidade, a disciplina, o esforço, a curiosidade, mas também a tolerância, a compreensão, o respeito e a capacidade de cooperar afiguram-se, no meu entender, como fundamentais para desenvolver outras atitudes como a capacidade de decisão, a iniciativa, a criatividade e o profissionalismo. Por seu lado, valores como a justiça, a democracia, a ética, a moral, a estética e a saudável competitividade constituem-se como as bases não só do desempenho da cidadania como do processo de socialização inerente ao Ensino Superior na medida dos seus desafios e objectivos.

A importância de um sistema base de atitudes e de valores ganha uma dimensão deveras preponderante no enquadramento actual do Ensino Superior, onde este desempenha o papel de propulsor e sustentor das sociedades globalizadas da informação e da economia do conhecimento. A sua ausência compromete a missão deste sub-sistema de ensino a dois níveis: interno e externo. A nível interno porque desajusta as formações aos resultados que delas se esperam comprometendo assim os estudantes enquanto pessoas, e a nível externo porque o desempenho profissional destes vai revelar uma qualidade incapaz de os tornar competentes e competitivos a todos os níveis. Isto acarretará reflexos negativos cujo espectro vai desde o estudante à própria nação.

3. Sessão V - Questão 2

Quais as práticas (curriculares e extra-curriculares) que as instituições de ensino universitário e politécnico devem promover para o fortalecimento do carácter, capacidade de liderança e espírito de cidadania dos seus alunos?

A promoção de objectivos como o fortalecimento do carácter, a capacidade de liderança e o espírito de cidadania implica o desenvolvimento de competências relacionais e comunicacionais bem como da reflexão crítica.

Quanto às práticas curriculares o desafio coloca-se principalmente a nível dos métodos pedagógicos adoptados. Em vez da pedagogia magistral normalmente adoptada dever-se-ia apostar numa que seja problematizadora, direccionada para o desenvolvimento de projectos suscitados por necessidades reais e que implique a discussão e o trabalho em equipa bem como o recurso às novas tecnologias da informação e comunicação. A rapidez com que novos conhecimentos são produzidos e a facilidade com que se acede à informação nos dias de hoje fizeram com que os problemas e respectivas respostas se tornassem praticamente síncronos e multi-disciplinares. Como tal, não se justifica a prática habitual de mera transmissão de saberes mas sim o desenvolvimento das competências necessárias para se aceder à informação, geri-la, transmiti-la, discuti-la, formular conclusões e substancializá-las na prática.

Relativamente às práticas extra-curriculares penso poder enquadrá-las em quatro grandes grupos:

Actividades desportivas. São sobejamente conhecidos os benefícios que advêm da prática desportiva tanto a nível físico como psíquico e social.

Actividades associativas. As associações de estudantes desempenham um papel fulcral na vida das instituições de Ensino Superior e contribuem em muito para o desenvolvimento dos objectivos e competências supracitados.

Fóruns de discussão. Em articulação com as disciplinas e práticas curriculares deve ser promovida a realização de fóruns de discussão. A partilha de ideias e a discussão e pesquisa a elas inerentes constitui-se como algo de inestimável valor e importância para o desenvolvimento pessoal e profissional de qualquer indivíduo.

Desempenhar trabalho remunerado nas instituições segundo as necessidades destas.

4. Sessão V - Questão 3

Que desafios se colocam às Instituições de ensino universitário e politécnico que querem acompanhar as necessidades de formação e amadurecimento profissional pós-graduado ao longo de toda a vida profissional? Como compatibilizar as capacidades e competências técnicas com o amadurecimento das atitudes e da ética?

Os dois grandes desafios que se colocam são as diferentes faixas etárias que passam a interagir dentro das instituições e a articulação entre competências já adquiridas e as expectativas/objectivos/necessidades que levam as pessoas a procurarem novas formações, adquirindo assim novas competências ou melhorando as que já possuem.

Estes desafios implicam a adopção de metodologias que correspondam às necessidades reais dos indivíduos e que permitam a frequência do Ensino Superior sem que isso implique profundas alterações e constrangimentos aos seus hábitos de vida (considerando que grande parte destas pessoas continua a trabalhar e têm ainda responsabilidades familiares). Entre essas metodologias deveriam constar sistemas de creditação e avaliação das competências já adquiridas, processos de ensino/aprendizagem à distância através da adopção de plataformas de e-learning e pedagogias centradas em necessidades e problemas do quotidiano profissional dos indivíduos. Seria profícuo, portanto, um sistema de ensino/aprendizagem apoiado maioritariamente na tutoria e com uma forte relação com os locais de trabalho de cada um, o que permitiria, também, ampliar o espectro de articulação das instituições de Ensino Superior com a comunidade/empresas.

Quanto à compatibilização das capacidades e competências técnicas com o amadurecimento das atitudes e da ética penso que tal desiderato se alcança através da reflexão em torno de situações e casos práticos. Esta reflexão deverá, porém, ser enquadrada num quadro teórico/prático onde se interseccionem vertentes filosóficas e técnicas e cuja finalidade será o desenvolvimento de competências que habilitem estes estudantes a melhorarem o seu desempenho a todos os níveis, com destaque para a liderança e para cidadania.

Por outro lado, também parece necessário que a formação pós-graduada possibilite o contacto com novas realidades, nomeadamente as de outros países. Os desafios que se colocam actualmente exigem a flexibilidade necessária para nos adaptarmos a realidades e culturas diferentes bem como para maximizarmos, interiorizarmos e transmitirmos os benefícios advenientes do contacto com estas. A adopção de uma política destas obriga, no entanto, a uma real aposta nos programas de mobilidade.

5. Comentários Livres

Para além das atitudes e valores importa também considerar e analisar competências, estratégias de codificação, expectativas e sistemas auto-reguladores, ou seja, a articulação da formação da pessoa com a formação do profissional.

A questão do desenvolvimento de competências é de extrema amplitude e relatividade, dado que depende do contexto sócio-económico e cultural do indivíduo, sendo embora aceite de uma forma generalizada que estas deverão possibilitar ao indivíduo a sua actualização constante.

As estratégias de codificação dizem respeito à maneira como o indivíduo interpreta as situações. Muitas vezes os líderes destacam-se pela visão estratégica e análise que fazem das situações, que para além de inovadora e perspicaz é também facilmente assimilada e aceite pelos outros (há que considerar também as capacidades relacionais e comunicacionais ao se inferir do sucesso e da capacidade do líder).

É, do meu ponto de vista, extremamente importante ter-se noção das expectativas dos estudantes ao ingressarem no Ensino Superior e durante o curso. Este tipo de *feedback* permite não só compreender melhor o estudante, fundamental para se poder adaptar a metodologia pedagógica e curricular às suas necessidades, como viabiliza a análise e a maturação de um quadro de valores e atitudes que se coadune com a experiência de vida e perspectivas de futuro que ele tem. Neste âmbito consideram-se também os sistemas auto-reguladores enquanto mecanismos que medeiam o próprio comportamento através de objectivos e planos auto-impostos. Dado o seu carácter intrínseco são um excelente indicador do carácter do indivíduo e podem ser considerados como condições para um bom desempenho da liderança.

Existem ainda três questões que considero pertinente desenvolver no âmbito desta reflexão em torno do carácter, da liderança e do desempenho da cidadania, nomeadamente a internacionalização do Ensino Superior, a formação ao longo da vida e a mobilidade. A internacionalização do Ensino Superior, ao surgir como uma consequência do próprio processo de globalização que hoje se vive, suscitou a necessidade de se reflectir as formações atribuídas face às necessidades e desafios impostos pelos mecanismos da globalização (os seus meios) e pelas suas consequências (os seus fins). A gradual abolição das fronteiras económicas e as políticas adoptadas fizeram com que a competitividade e a qualidade se assumissem como os eixos orientadores das formações superiores. Perante este cenário não era de estranhar que conceitos como a mobilidade de estudantes/ /investigadores e a aprendizagem ao longo da vida fossem catapultados para a ordem do dia. Na verdade só através destes dois mecanismos é que os países conseguem formar indivíduos com qualidade competitiva no panorama internacional. Enquanto as economias dependem cada vez mais das relações externas que se estabelecem e dos conhecimentos que se tem, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) vieram abolir as distâncias que outrora dificultavam este tipo de negócios e os tornavam acessíveis a uma

minoría restrita. Torna-se necessário apostar em programas de mobilidade que permitam a criação de plataformas internacionais aos mais diversos níveis, bem como na formação ao longo da vida e na área das TIC, enquanto instrumentos imprescindíveis a uma constante actualização.

No domínio da liderança tornou-se necessário interagir e conhecer outras culturas e outros povos para se conseguir acompanhar os novos modelos de economia transnacional e assumir dentro destes lugares de topo.

O facto das sociedades ditas desenvolvidas se estruturarem cada vez mais em torno de uma economia do conhecimento implica que o Ensino Superior assuma a sua responsabilidade enquanto força de mudança e desenvolvimento cultural, económico e social.

6. Conclusões

Com esta breve reflexão é possível inferir algumas ideias, nomeadamente:

- as transformações sociais ocorridas no século XX originaram mudanças notáveis nas relações entre as pessoas e entre estas e o mundo, que se projectaram e substanciaram indelevelmente neste início do século XXI. Por forma a enquadrar estas mudanças nas sociedades de hoje torna-se imperativo reflectir a condição de cidadão e todos os deveres e obrigações daí advenientes;
- os desafios que se colocam a nível planetário e a necessidade de cada nação se afirmar pelo valor do seu tecido empresarial, organizacional e social impele-nos a analisar o papel a desempenhar pelos líderes do amanhã;
- a massificação do Ensino Superior, o processo de globalização e o desenvolvimento da ciência em todas as suas áreas implicam uma reconceptualização das formações profissionais;
- a educação dos Portugueses e a sua formação enquanto pessoas exige uma forte aposta se se pretende fazer face aos actuais desafios, evitando assim que se relegue para segundo plano a verdadeira força motriz da nossa nação;
- é necessário que os processos educativos de hoje compreendam no seu conteúdo práticas que visem a formação e fortalecimento do carácter e uma filosofia dos valores, sempre numa perspectiva de liberdade, auto-descoberta, auto-formação e auto-realização. A tutoria assume-se, assim, como o método indicado para a promoção dos valores intrínsecos à prática da cidadania e para o desenvolvimento da reflexão necessária ao exercício da liderança;

- é necessário repensar a identidade do estudante do Ensino Superior no novo quadro conceptual social;
- é imperativo ter a coragem suficiente para se proceder às mudanças que realmente são necessárias no Ensino Superior.

7. Bibliografia

Amaral, Alberto (2003), *Avaliação, Revisão e Consolidação da Legislação do Ensino Superior*.

Comissão Europeia (2001), *Tornar o espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida uma realidade*.

Comissão Europeia (2000), *eLearning - Pensar o futuro da educação*.

Comissão Europeia (2000), *Pensar o futuro da educação - Promover a inovação através das novas tecnologias*.

Eurydice (2002), *Key Competencies - A developing concept in general compulsory education*, Belgium, Eurydice.

Gleitman, Henry (1999), *Psicologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Goleman, Daniel (1997), *Inteligência Emocional, Temas e Debates*.

Perrenoud, Philippe; Thurler, Monica (2002), *As competências para ensinar no século XXI*, Porto Alegre, Artmed.

Proposta de Lei de Bases da Educação do XV Governo Constitucional.

Reimão, Cassiano (2001), *A formação pedagógica dos professores do Ensino Superior*, Lisboa, edições Colibri.

Simão, Veiga; Santos, Sérgio; Costa, António (2002), *Ensino Superior: Uma visão para a próxima década*, Lisboa, Gradiva.